

5

A emergência de resistências da periferia e do lugar subalterno

Na obra “Condição Pós-moderna” (1989), David Harvey realiza uma pesquisa materialista-histórica das mudanças ocorridas na sociedade, estabelecendo relações de tempo e espaço. A sua proposta é refletir sobre o espaço e o tempo na vida social com o intuito de esclarecer vínculos materiais entre processos político-econômicos e processos culturais.

Sua afirmação central é a de que, nas sociedades capitalistas, a intersecção do domínio do dinheiro, do tempo e do espaço forma uma rede de poder social. Isto é, não apenas o controle sobre o dinheiro é poder; o controle sobre o tempo e o espaço também o são.

A partir desse ponto, o autor trabalha essencialmente com o sistema de produção e comércio de mercadorias, exemplificando a intersecção acima mencionada. Dessa forma, afirma que na sociedade capitalista pode-se usar o controle sobre o dinheiro para controlar o espaço e o tempo (especialmente o tempo de outras pessoas). Como se configura então a relação entre domínio do espaço e poder social? O elemento central encontra-se na capacidade da organização espacial em modificar as condições de ganho monetário e por esta ser modificada.

A transição do modelo fordista de acumulação para o flexível alterou em muito tanto os usos quanto as percepções sobre o que é o tempo e o espaço, e esta alteração atingiu diretamente as práticas político-econômicas, o equilíbrio de poder de classes e a vida social e cultural. Uma solução para o fordismo foi acelerar as produções por meio de mudanças organizacionais na direção da desintegração. E este aumento de produção só foi possível porque os ritmos das trocas e do consumo aumentaram. No entanto, o que parecia ser a solução de um problema, tornou-se, na realidade em um novo, pois toda esta aceleração da produção atingiu diretamente o/a trabalhador/a, que além de ter que intensificar

sua produtividade, passou a sofrer com o processo de constante desqualificação e requalificação de acordo com as variações de demanda.

A constante atualização de bens à disposição para o consumo gerou alguns mecanismos que logo foram incorporados como valores às sociedades. Dentre eles estão, a volatilidade e a efemeridade dos bens, dos processos de trabalho, das técnicas e ideologias; e a ênfase na instantaneidade e descartabilidade de produtos. Por meio deles, as pessoas são forçadas a lidar com a “descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea”; além de tornarem difícil qualquer tipo de planejamento a longo prazo. Tudo isso fez com que as pessoas desenvolvessem uma capacidade de adaptação e de movimentação muito rápidos, como forma de responder às mudanças de mercado.

A compressão espaço-tempo se dá de maneira muito distinta entre as classes dominantes e os/as desprovidos/as de poder. Algumas situações cotidianas ilustram apropriadamente o que Harvey (1989) argumenta em seu livro: tomemos o exemplo do/a trabalhador/a que trabalha na zona sul da cidade do Rio de Janeiro e mora na zona norte da mesma. Este/a trabalhador/a tem seu tempo-espaço comprimido; mora numa região afastada de seu local de trabalho e, por isso, leva mais tempo para chegar e para voltar à sua casa. O tempo hábil para se dedicar ao lazer, à educação, à informação, ao engajamento em causas sociais, à vida pessoal etc, acaba sendo suprimido, e tudo isso tem relação com o espaço e *status* social que este/a trabalhador/a ocupa na cidade.

Tal exemplo, se aplicado ao nosso objeto de estudo, revelaria um/a imigrante que trabalha no mesmo local em que vive, e que, assim como o/a trabalhador/a da zona sul do Rio de Janeiro, tem seu espaço-tempo comprimido, porém de maneira um pouco distinta. Está sempre sob a vigilância dos/as patrões/patroas. Sua casa está, na verdade, muito perto do local em que trabalha – apenas a alguns passos. O tempo hábil para se dedicar ao lazer, à educação, ao engajamento em causas sociais é igualmente reduzido. O espaço e status social das/os imigrantes bolivianas/os acabam sendo marginais, periféricos, de subalternidade. Os homens, em geral, dedicam-se a extensivas jornadas de trabalho no ramo da costura, atividade que exige força física para suportar as longas horas de trabalho manual. Ou até mesmo, muitas vezes, trabalham no ramo da construção civil, atividade também extremamente exaustiva. As mulheres, as quais as condições degradantes de trabalho se acentuam, quando não se dedicam a

jornadas triplas de trabalho, estão invisibilizadas nas casas em que moram e trabalham como empregadas domésticas.

Pois bem, seria então o/a trabalhador/a migrante apenas a radicalização da exploração laboral nos grandes centros urbanos? O que lhe dá particularidade em relação às/aos brasileiras/os que trabalham nas fábricas, construção civil, nas casas como empregadas domésticas?

Este é o exercício que viemos realizando até o presente momento. Buscamos compreender a realidade complexa do/a imigrante, a qual nos faz concluir que pertencem a uma classe subalterna devido às inúmeras ausências: de acesso a direitos e serviços, de inclusão, de reconhecimento. A exploração do/a trabalhador/a imigrante se difere da exploração do/a trabalhador/a nacional em decorrência das somas de opressões: há o agravamento e precarização ainda maior da exploração/relação laboral, pois a elas são somadas outras estruturas dominantes. As categorias de raça, gênero, etnia, classe social, cidadania, pertencimento que envolvem o ser indígena, mulher, aimará, pobre/latino-americano/a, irregular, estrangeiro/a são determinantes para a localização/posição de marginalidade e subalternidade dos/as imigrantes bolivianos/a em São Paulo hoje, posição esta distinta (e não mais ou menos oprimida) que o/a trabalhador/a nacional. Esta é uma questão de formação identitária.

O conceito de subalterno foi inicialmente cunhado por Gramsci (1934), em sua célebre obra *Cadernos do Cárcere*, de nº 25, intitulado “*Al margen de la historia. Historia de los grupos subalternos*”. No Caderno 25, Gramsci discorre, principalmente, sobre o movimento lazzaretista na Itália, o qual tem como marco a execução de seu líder nacionalista nos anos 70 de Mussolini. Este movimento, ainda que massacrado,

[...] mostrou ao governo que a tendência subversiva-popular-elemental podia nascer entre os camponeses em consequência do abstencionismo político clerical e do fato de que as massas rurais, na ausência de partidos regulares, buscavam dirigentes locais que surgiam das próprias massas, mesclando religião e o fanatismo ao conjunto de reivindicações que na forma elementar fermentavam nas zonas rurais (GRAMSCI, 1934: 175, tradução nossa).

Segundo Gramsci (1934), na atividade histórica dos grupos subalternos há uma tendência de unificação, no entanto, nem sempre esta união significa força: é necessariamente episódica. Na realidade, a vitória e triunfo dos grupos subalternos

apenas podem ser considerados como tais se permanentes. Ou seja, ainda que pareçam triunfantes, os grupos subalternos estão somente em estado de “defesa ativa” às iniciativas dos grupos dominantes.

Gramsci (1934) parte do conceito de que a unidade histórica das classes dominantes se concretiza no Estado (a história dessas classes é, essencialmente, a história dos Estados). Busca, então, subverter a dicotomia imposta afirmando que este Estado é resultado das relações orgânicas entre sociedade política e sociedade civil. Nesse sentido,

[...] as clases subalternas, por definición, no están unificadas y no pueden unificarse mientras no puedan convertirse en "Estado": su historia, por lo tanto, está entrelazada con la de la sociedad civil, es una función "disgregada" y discontinua de la historia de la sociedad civil y, por este medio, de la historia de los Estados o grupos de Estados (GRAMSCI, 1934: 182).

Seguindo esta premissa, Gramsci (1934) traça um caminho o qual, aquela/e que pretende estudar os grupos subalternos, deve dedicar-se preliminarmente, sendo o primeiro deles compreender:

[...] la formación objetiva de los grupos sociales subalternos a través del desarrollo y las transformaciones que tienen lugar en el mundo de la producción económica, su difusión cuantitativa y su origen en grupos sociales preexistentes, de los que conservan durante cierto tiempo la mentalidad, la ideología y los fines (GRAMSCI, 1934: 182).

No final dos anos 70, um grupo de historiadores/as ingleses/as e indianos/as se propôs a lançar uma revista sobre esta área temática. A *Subaltern Studies: Writings on South Asian History and Society* inaugurou a área dos Estudos Subalternos, a qual conta hoje com 47 artigos publicados nos seis volumes da revista editados por Ranajit Guha, e os quais influenciaram o surgimento, em 1993, do *Latin American Subaltern Group*.

Apesar das controvérsias, os Estudos Subalternos surgem como um campo “novo”, que busca compreender as transformações advindas da virada neoliberal a partir das margens ou “desde abajo”.

Com a neoliberalização, as instituições parecem se reconfigurar e a se reteorizá-las também... Neste contexto de supressão das instituições estatais para a mínima intervenção nos mercados e na vida social, os Estudos Subalternos emergem como um lugar original para se pensar os estudos *desde abajo*, uma história das pessoas livres dos constrangimentos nacionais, re-imaginação pós-nacional na nação indiana, por meio das margens, fora do nacionalismo (LUDDEN, 2002: 6).

Ainda que algumas concepções afirmem, conforme constata Spivak (1998), que o/a subalterno/a não possa falar, no sentido de que o/a subalterno/a apenas é ouvido/a quando fala o “idioma” do/a dominador/a, acredita-se, como coloca Pedro Cunha Bocayuva (2013) que das periferias emergem estratégias e potencialidades de protesto e resistência: “a periferia é uma síntese de múltiplas ações táticas das quais emerge um traçado de valor estratégico cujas potencialidades variam conforme a capacidade de cada fração do território passar por uma ativação dos processos de organização associativos e políticos” (BOCAYUVA, 2013: 101).

As reivindicações dos/as imigrantes em São Paulo se dão por vias que giram em torno da conquista de direitos e de inclusão, o que pode soar pouco desafiador, porém, a luta dos/as migrantes ganha destaque quando consideramos que estão totalmente à margem do que prevê a jurisdição nacional para suas cidadãs e cidadãos. E ainda que, propriamente, não desafiem o capitalismo em sua forma globalizada, têm dado indícios de que suas estratégias buscam travar disputas também no campo ideológico.

5.1

Perfil dos movimentos sociais

O presente capítulo busca traçar um perfil dos movimentos sociais de imigrantes bolivianas/os em São Paulo. Partindo de uma análise que vai da teoria à prática, foi dada ênfase às narrativas de lideranças e imigrantes que acompanham as ações coletivas de sua comunidade. Deste modo, serão abordados/as desde os/as atores/atrizes envolvidos/as e as relações de poder entre eles/as estabelecidas, até os modos de organização e principais reivindicações destes movimentos sociais.

Alguns pontos de destaque devem ser observados preliminarmente ao início das análises. O primeiro deles diz respeito à delimitação do objeto de estudo. Definiu-se que se estudaria a ação social de imigrantes da nacionalidade boliviana devido a um apelo dos/as membros/as da banca de defesa do projeto de dissertação. A definição mais concreta de um espaço e lugar mais específico de

fala desses movimentos fez-se crucial para a adequação do estudo aos limites permitidos a este tipo de trabalho. No entanto, ao se iniciar a pesquisa, verificou-se que os movimentos sociais de imigrantes na cidade de São Paulo não subdividem-se por nacionalidade e sim por contexto histórico em que se deram os movimentos migratórios, condições em que se inserem na cidade e a identidade sociocultural.

Nesse sentido, identificamos alguns grupos de bolivianos engajados com questões que dizem respeito às condições específicas em que estão inseridos/as os/as imigrantes provenientes da Bolívia. No entanto, imigrantes de outras nacionalidades (como a paraguaia, peruana, chilena e até brasileira) dividem espaços, opressões e condições de vida e trabalho muito semelhantes aos/às seus/suas vizinhos/as bolivianos/as. Notou-se, assim, que os movimentos sociais de imigrantes bolivianos/as em São Paulo, também são compostos por chilenos/as, peruanos/as, paraguaios/as, equatorianos/as, congoleses/as, malienses, haitianos/as etc. De maneira mais geral, a complexidade e diversidade (social, política, econômica, cultural etc) dos movimentos os tornam difíceis de serem classificados/rotulados. Mas, na tentativa de realizar este exercício, observou-se que tais movimentos sociais são compostos por indivíduos provenientes de países do Sul global, nos quais identificamos, em sua maioria, uma composição majoritária de latino-americanos/as, africanos/as ou latino-americanos/as e africanos/as. Isso porque as migrações de italianos/as, japoneses/as, chineses/as, portugueses/as, coreanos/as, espanhóis/las se dão, como visto anteriormente, em conjunturas muito diversas dos/as primeiros/as.

Isso comprova que o lugar de origem importa: a posição que ocupam no sistema internacional (se periferia, semiperiferia ou centro) e na escala hierárquica que se construiu em torno da identidade sócio-étnico-cultural (se branco/a, negro/a ou indígena, por exemplo), influencia no *status* de poder na sociedade de destino, o qual tem implicações nos direitos e obrigações, e conseqüentemente, nas pautas defendidas por cada um dos distintos MMSS. A questão aqui, conforme exposto em nota teórico-metodológica, não é apenas se a pessoa é “de fora” ou não, mas também “de qual fora” ela é.

Outro ponto de atenção refere-se à utilização do termo “movimento social” para a ação coletiva dos/as imigrantes. A pesquisa empírica e teórica mostrou que a ação coletiva dos/as imigrantes em São Paulo, mas também em outras cidades

do mundo como Madri, Barcelona, Nova York ou Buenos Aires, não se dá nos moldes convencionais. Ou seja, a forma de organização e atuação que temos comumente como dada e convencional e a qual costumamos chamar de “movimento social” não se aplica ao que observamos em São Paulo, mas ainda assim é reconhecida como tal.

As experiências da “Campanha Papéis para Todos”, na Europa que leva cerca de 20 anos proclamando que “nenhum ser humano é ilegal”; do movimento dos/as trabalhadores/as indocumentados/as de origem mexicana nos Estados Unidos, em combate às políticas antiterroristas, de proteção fronteiriça e de controle da imigração indocumentada; dos protestos contra as violações de direitos humanos nos Centros de Detenção de Imigrantes pela Europa e à “Diretiva da Vergonha”; da convergência militante protagonizada pelo Fórum Social Mundial das Migrações; dos movimentos sociais de latino-americanos/as recém-imigrados/as em São Paulo, demonstram reivindicações comuns, por direitos econômicos, sociais, culturais, políticos, civis (CARBALLO; MUÑOZ, 2012). Parafraseando Hanna Arendt, lutam pelo “direito a terem direitos”, mas lutam a seu modo.

As informações esmiuçadas mais adiante revelarão as constatações agora apresentadas, mas, de antemão, vale expor algumas particularidades dos MMSSI, provenientes de inúmeros fatores levantados ao longo deste trabalho: a marginalidade social e espacial, o local e contexto de origem, a identidade étnica/cultural etc. Por exemplo, a compressão espaço-tempo obriga-os/as a se reunirem apenas em seu tempo livre, aos finais de semana, dividindo-se entre militância e afazeres pessoais; a situação de indocumentados/as, muitas vezes inibem suas ações (pois, a última coisa que querem é ter problemas com a polícia) o que torna muitas de suas atividades esvaziadas e, ao mesmo tempo, contribui para desenvolvimento e fortalecimento de formas cotidianas/rotineiras de ação coletiva, refletidas em ações de solidariedade (por exemplo, imigrantes irregulares que consideram-se impossibilitados/as de participarem de ações públicas ou “fora” dos ambientes em que se sentem mais “seguros/as” de fiscalizações engendram-se em atividades “abrigadas” – como o oferecer pouso, comida, vestimenta ou qualquer outro tipo de auxílio a quem mais necessita).

Para além disso, os MMSSI são, aqui, caracterizados por subdividirem-se, principalmente, em dois grupos mais amplos: aqueles/as que hasteiam bandeiras

comuns a um certo grupo de imigrantes marginalizados/as em São Paulo e possuem um trabalho mais constante e frequente na militância (os/as quais anteriormente elencamos como latino-americanos/as e/ou africanos/as) e aqueles/as que têm reivindicações muito específicas, momentâneas ou emergenciais, os/as quais também possuem participações esporádicas. De qualquer maneira, estes diversos grupos de pessoas estão constantemente organizando-se para a realização de atos, de conversas públicas, de pressões e articulações junto ao poder público e privado. Essas pessoas, como dito, são de diversas nacionalidades (inclusive brasileira) e, em geral, estão vinculadas a algum tipo de organização: associações, organizações não governamentais, pontos de cultura, pastorais, organismo públicos, institutos de pesquisa em universidades, etc. Juntas compõem movimentos sociais de contestação ao tratamento dado atualmente aos/as imigrantes na cidade e por um olhar de direitos humanos à condição migratória. Porém, não é possível dizer que existe um movimento social central da categoria autointitulado “Movimento de Imigrantes Bolivianos/as em São Paulo”, como é o caso dos MMSS “convencionais” que conhecemos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ou do Movimento Cocaleiro na Bolívia. Por isso aos MMSSI nos referimos no plural: são diversos, esparsos e heterogêneos, em suma, são plurais, no sentido mais amplo da expressão³⁷.

Nessa perspectiva, uma militante associada ao CDHIC pode frequentar reuniões do CAMI, ajudar a organizar a Marcha dos Imigrantes e apoiar o Projeto “*Si, yo puedo*”. Os/as imigrantes transitam em espaços de militância, os quais se dão em forma de teia: estão interligados/as e, assim, se fortalecem. Isso não quer dizer que compartilham uniformemente da mesma ideologia e que lutam pelas mesmas causas. Significa, acima de tudo, que muitas vezes caminham juntos/as, mas que os seus diferentes vieses, pautas objetivas e entendimentos do ser migrante os/as colocam em posição de constante articulação e negociação das estratégias de luta e intervenção.

Vale ressaltar a necessária diferenciação entre movimentos sociais e mobilizações (caracterizadas pela Marcha dos Imigrantes, por exemplo). As

³⁷ Com isso, sem a intenção de naturalizar o entendimento por “movimentos sociais”, buscou-se realizar um pequeno debate sobre o marco teórico utilizado a fim de elucidar o caráter particular de tais organizações, aproximando-as aos chamados novos movimentos sociais.

últimas apresentam-se como estratégias de ação dos movimentos sociais, sem, contudo, se resumirem a um.

Nesta sessão, veremos que há uma forte correlação de forças que envolvem o ser migrante, o poder público, o setor privado, a sociedade brasileira, os/as donos/as de fábricas, as redes de lojas de vestuários, os movimentos sociais, as distintas organizações, as pastorais da igreja católica, as quais nos permitiram compreender que, em uma escala hierárquica, quem fala e quem é ouvido, geralmente, não são os/as imigrantes: para isso, existem aqueles/as que falam por eles/as. Revisitando Spivak (2003), questionamos: será que o/a subalterno/a pode falar?

Feitos os esclarecimentos necessários, seguimos com a análise do perfil dos MMSSI bolivianos/as em SP. Conforme elucidado acima, grande parte das resistências de imigrantes em SP encontram-se refletidas em ações de instituições que lidam com a questão migratória. O perfil das mesmas, a nível nacional, foi sistematizado pelo Relatório Geral dos Eventos de I Nível do Projeto OIM – DEEST/SNJ, “Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira”³⁸, em 2013, no qual Flávio José Carvalho da Silva elenca os principais serviços prestados pelas diversas esferas de Governo e oferecidos por inúmeras instituições que participaram do processo de construção do relatório.

Conforme indica Flávio Silva (2013) “a existência ou não de determinado serviço acaba pautando a priorização de demandas”. Desse modo, a demanda por um centro de referência e acolhida ao/à imigrante é decorrente de sua ausência³⁹ enquanto política pública e do fato de pastorais e ONGs realizarem este trabalho em detrimento do Estado brasileiro. As instituições participantes estiveram assim identificadas:

³⁸ Conforme definição no próprio relatório: “o Projeto OIM – DEEST/SNJ realizou um mapeamento das instituições envolvidas com a temática migratória no Brasil entre Janeiro e Maio de 2013. O mapeamento constituiu um Diretório Nacional - DITEM, disponível em www.brasil.iom.int com os dados das instituições que responderam ao questionário utilizado para a coleta de dados. O questionário incluiu quatro perguntas abertas, cujas respostas foram discutidas em três eventos, organizados durante o mês de maio de 2013 em Manaus, São Paulo e Foz do Iguaçu. Este texto apresenta o documento final com os principais elementos emersos nos debates, sistematizados pelos consultores que assessoram os eventos. O texto está organizado em quatro partes, segundo os temas das quatro perguntas abertas respondidas pelas instituições que participaram do mapeamento. O texto inclui as Recomendações Finais para melhorias na política migratória e o perfil dos assessores. Em anexo, são disponibilizados os relatórios parciais de cada um dos três eventos deste processo de ampliação do diálogo social, conduzido pela OIM – Organização Internacional para as Migrações, em parceria com o DEEST – Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça”.

³⁹ O primeiro CRAI – Centro de Referência e Acolhida para o/a Imigrante foi inaugurado em São Paulo em agosto de 2014.

- Recebem e manejam insumos públicos: aproximadamente 60%;
- Recebem e manejam insumos privados: aproximadamente 40%;
- Paridade entre instituições governamentais e não governamentais;
- Existe predominância de instituições dedicadas a estudar o fenômeno das migrações em maior número em relação aos protagonistas dos processos (embora não seja em quantidade gravemente acentuada);
- A representação de organizações participantes reflete significativamente a própria diversidade da sociedade brasileira;
- As instituições estão subdivididas pelas seguintes especializações temáticas, por ordem de representatividade: imigrantes, refugiados, retornados, emigrantes e transfronteiriços;
- Organismos pesquisados que foram fundados nos Anos 70: 5%;
- Organismos pesquisados que foram fundados nos Anos 80: 10%;
- Organismos pesquisados que foram fundados nos Anos 90: 20%;
- Organismos pesquisados que foram fundados no século XXI: 65%;
- Identificaram-se como: organismos que atuam em Redes, plataformas, de forma confederada, em espaços de participação cidadã como Conselhos Gestores de Políticas Públicas (na área de saúde, educação, cultura etc), como ONGs e como Associações (OIM, 2013).

A partir dos dados apresentados acima, algumas conclusões foram tiradas. Primeiramente, averiguou-se que há um alto número de instituições que manejam recursos privados e de organizações não governamentais lidando com a temática migratória. Isso significa que grande parte da política que deveria ser pública, está sendo implementada pelo setor privado e ONGs. Sua importância é inquestionável devido ao histórico que muitas dessas instituições possuem de luta pelos direitos de imigrantes, e devido ao papel de suprir ausências. No entanto, no plano ideal, deveriam operar apenas como auxiliares do aparato estatal, o responsável e, em tese, detentor de maiores capacidades e recursos para a sua execução.

Em segundo lugar, consoante ao apontado, “existe predominância de instituições dedicadas a estudar o fenômeno das migrações em maior número em relação aos protagonistas dos processos”, o que traduz o despojamento do/a migrante de seu lugar de fala e de construção de conhecimento sobre a realidade que ela/e própria/o vivencia cotidianamente. Para além de seu apagamento enquanto sujeito/a e protagonista dos processos, os estudos que contassem com suas contribuições, indubitavelmente, seriam mais ricos em relação àqueles que insistem em distanciarem-se do objeto e a produzirem conhecimentos a partir da observação parcial do/a pesquisador/a.

A terceira constatação trata-se da proliferação recente das instituições. Ao passo que 35% foram criadas entre os anos 70 e 90, quase o dobro deste número

(65%) surgiu apenas no século XXI. Tal constatação pode derivar de: i. aumento dos fluxos migratórios. ii. arrefecimento do acesso a serviços, o que demandaria maior apoio dessas instituições. iii. elevação da importância da questão migratória. iv. existência de condições favoráveis para o seu incremento, como a criação de incentivos, leis, etc.

Finalmente, diante do último dado apresentado e conforme Silva (2013) pondera, há uma inquietante dispersão destes movimentos:

Diante da pluralidade apresentada, uma pergunta começa a se formular desde a análise dos questionários, por parte dos protagonistas: qual é o espaço de articulação da diversidade de dimensões deste mais novo movimento social brasileiro? Qual será o elemento organizativo de convergências? Até quando haverá dispersão de insumos na abordagem de uma política que pode canalizar sinergias para as necessidades das migrações? (SILVA, 2013).

O que são, afinal, os novos movimentos sociais? ⁴⁰ Seria possível alocar os movimentos sociais de imigrantes bolivianos/as em São Paulo dentro de uma “caixa” teórica específica? Considerando que adentramos em um terreno mais descritivo e empírico, e que, não cabe aqui, adentrar em abstrações teóricas muito profundas sobre os movimentos sociais, apenas refletimos brevemente sobre as transformações no campo teórico dos MMSS.

Segundo Bringel e Domingues (2012) estes são reflexos das distintas transformações presenciadas no âmbito social. Em sua nova e terceira fase, identificou-se uma dinâmica dupla, paradoxal e complexa, de afastamento e aproximação com as teorias clássicas, o que nos permite presenciar um alargamento do próprio conceito de movimento social ⁴¹.

⁴⁰ A Teoria dos Novos Movimentos Sociais, apesar de não constituir uma escola tão coesa quanto a TMR e a TPP, ganhou conhecidos adeptos: Alain Touraine, Jürgen Habermas, Alberto Melucci. As novas mobilizações não teriam uma base social demarcada, poderiam ser protagonizadas pelos mais diversos grupos: negros/as, mulheres, homossexuais, indígenas, hispânicos/as, ambientalistas etc. Tampouco estariam concentrados no conflito capital-trabalho, e seu deslocamento daria centralidade ao processo de colonização da vida: de melhora das condições de vida, sem alteração das estruturas de poder responsáveis pelos efeitos colonizadores da vida. Seria um tipo de negociação com o poder, autorizado a operar sobre as mesmas égides, desde que garantindo melhores condições de vida. Aí se configurariam os “novos movimentos sociais”, não mais motivados por questões redistributivas, mas empenhados numa luta simbólica em torno de definições das melhores condições de vida. Os novos movimentos sociais seriam “subculturas defensivas”, nascidas em reação a “situações-problema”. [...] Na esteira das sociologias relacionais, as teorias dos movimentos sociais desviaram a atenção dos processos e estruturas macro, causadores da mobilização, para o nível mesossociológico, de constituição de teias de interdependência social que lhe dão forma (ALONSO, 2009).

⁴¹ As teorias (clássicas) de movimentos sociais constituíram-se diante de um quadro particular, protagonizado pelos movimentos pacifistas de 1960. Concentradas em pensar as revoluções – ou a ausência delas – os/as sociólogos/as dedicaram-se a construir grandes vertentes para explicar

Contudo, a recorrente tentativa de analisar os movimentos sociais em abstração às macroestruturas e à história limitou as teorias à superficialidade. A empiria viria desafiar estes enfoques teóricos na virada do século XXI. O ativismo passou da escala nacional para global: muitas vezes em direção às dinâmicas globais, como aqueles antiglobalização, outras vezes em direção a fenômenos presentes em todo o mundo, contra os quais mobilizações de diversas partes lutavam.

Al reconocer que la participación en los movimientos sociales tiene lugar en un amplio contexto, enfatiza que “la concepción de la protesta como construcción social sólo adquiere significado si se justifican sus raíces estructurales” (1994:185). Es decir, si se le estudia dentro de los contextos en los que se produce y constituye (VALLES, 2008).

A partir dos anos 90, os limites dessa discussão tornam-se evidentes:

[...] emerge uma terceira etapa no debate sobre os movimentos sociais, na qual ainda estamos submersos, onde as anteriores divisões entre correntes e paradigmas são substituídas por abordagens mais plurais e inclusivas, sem que os enfoques “clássicos” percam totalmente sua influência, já que grande parte da teorização recente não é tanto uma renovação radical do debate, senão uma atualização (BRINGEL; DOMINGUES 2012).

Em meio ao pluralismo teórico e às contradições latentes, a terceira fase dos MMSS é marcada por uma maior necessidade de articulação entre teoria e prática e de adoção de uma abordagem dinâmica da realidade social, a qual não se encaixa em categorizações teórico-clássicas⁴².

Nesse contexto, os MMSSI bolivianos, aqui delineados, não se encaixam em uma abordagem teórica específica. Comportam elementos da teoria crítica, dos novos movimentos sociais, dos estudos pós-coloniais, dos “novíssimos” movimentos sociais.

Sua pluralidade e complexidade podem ser melhor ilustradas ao detalharmos as distintas faces que incorporaram ao longo de cerca de 40 anos de seu gérmen. Articulação Sul-americana Espaço Sem Fronteiras, Associação de

os movimentos sociais, sendo as principais: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR); a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

⁴² Segundo Bringel e Domingues (2012) “a teoria crítica não se resume à Escola de Frankfurt nem ao marxismo ocidental, assim como o estudo dos movimentos sociais não se restringem a esses atores sociais de maneira exclusiva nem às ‘teorias dos movimentos sociais’ delineadas na Europa e nos Estados Unidos”.

Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra (ASSEMPBOL), Associação Latino Americana de Arte e Cultura Andina (ALAC), Associação Latinoamericana de Micro, Pequenas e Médias Empresas (AlampymeBR), Associação Salvador Allende, Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção (COEVIBECO), Fórum Social pela Integração e Direitos Humanos dos Migrantes no Brasil, Grito dos Excluídos Continental, Presença da América Latina (PAL), Bolívia Cultural, Comitê pela Organização Boliviana em São Paulo (CBBR), *Juventud Sin Fronteras*, Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), Pastoral do Migrante, Missão Paz, Marcha dos Imigrantes de São Paulo, Associação dos Feirantes da Rua Coimbra, Associação Cultural Folclórica Bolívia Brasil (ACFBB), Associação de Residentes Bolivianos (ADBR), Associação Bolbra, são alguns exemplos que permeiam a organização de imigrantes em São Paulo. Alguns deles concentram-se em engendrar pautas específicas da comunidade boliviana; outros contam a participação de bolivianos/as, mas também de imigrantes de outras nacionalidades.

Dentre esta ampla gama de mobilizações, foram selecionadas aquelas que, para os fins desta pesquisa, merecem destaque:

1. *Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante – CDHIC:*

O CDHIC é uma organização da sociedade civil criada em 2009, a qual integra o movimento de defesa dos/as migrantes. Seu principal objetivo é articular a rede Espaço Sem Fronteiras⁴³ (ESF) na América do Sul, contribuindo na formulação de políticas migratórias no continente, que tenham em pauta a promoção dos direitos humanos dos/as migrantes e suas famílias. Nesse sentido, se propõe a fazer um acompanhamento sistemático de fluxos migratórios, condições da migração, políticas estatais e suas consequências diretas nas comunidades de migrantes (CDHIC, online).

Seus principais eixos de ação são:

1. Formação, informação e comunicação;

⁴³ Espaço sem Fronteiras é uma rede internacional formada por organizações sul-americanas que trabalham com a promoção dos direitos humanos e a defesa dos migrantes, lutando por sua integração e defendendo o direito de uma cidadania universal (ESF, online).

2. Incidência Política e Participativa;
3. Articulação e Relações Internacionais;
4. Cultura;
5. Atendimento especializado em regularização migratória.

2. *Presença da América Latina – PAL:*

É uma organização da sociedade civil criada em 2004 com a finalidade de articular e fortalecer comunidades de imigrantes latino-americanos/as residentes no Brasil. Esta articulação se propõe a realizar um trabalho em rede com organizações da sociedade civil, dos órgãos públicos nacionais, regionais e internacionais na promoção da inclusão social dos/as imigrantes da região.

Segundo sua própria descrição, a atuação da PAL está orientada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, bem como convenções e resoluções específicas em Direitos dos/as Imigrantes das Nações Unidas, OEA, OIT, e por valores que conduzem à construção de uma cultura de paz. Sua proposta contempla “monitorar o cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados signatários, através dos meios estabelecidos na Constituição Federal do Brasil e nas disposições estaduais e municipais” (PAL, online).

Eixos de Trabalho (2011-2013):

- I. Promoção de Políticas Migratórias no âmbito nacional e regional;
- II. Estudos das migrações e das comunidades latinas de migrantes;
- III. Elaboração de programas de Desenvolvimento Humano e Comunitário no local de origem e de residência dos imigrantes da região;
- IV. Colaboração e apoio às ações de prevenção e enfrentamento ao Trabalho Escravo.

Conta com membros chilenos/as, colombianos/as, uruguaios/as, brasileiros/as, bolivianos/as e peruanos/as em sua organização, a qual totaliza cerca de 10 anos de existência, cujos objetivos, segundo María Holguín, embaixadora da Colômbia, “*trascienden las ayudas aisladas de algunos compatriotas para lograr la unión de las distintas comunidades latino-*

americanas residentes em Brasil y fortalecer temas tan importantes como la convivencia” (LONDOÑO; MACULET, 2012).

“Somos quienes somos, porque venimos de donde venimos”. É o que sustenta o trabalho de memória social realizado pela ONG Presença da América Latina, representado pelo projeto “*Mujer: tu eres parte, no te quedes aparte*”, que busca resgatar a memória das mulheres migrantes latino-americanas e romper as barreiras e estereótipos produzidos pela discriminação de gênero. Já foram escritos livros sobre o Projeto nas versões chilena (2010), uruguaia (2011) e colombiana (2012). O projeto está baseado nos testemunhos de mulheres imigrantes,

El primer capítulo de estas memorias sociales se centra en la memoria de lo que somos y de donde venimos: el YO, quién soy ahora desde mi histórico. El proceso es creado por el próprio grupo, transcendo lo individual, creando a través de recuerdos compartidos, una segunda identidad social colectiva: la de mujeres inmigrantes. Surge el Nosotras desde nuestra salida del país, llegada y lo que hemos vivido como experiencias comunes, reveladas a través de la narrativa colectiva (LONDOÑO; MACULET, 2012).

3. Associação de Residentes Bolivianos (ADBR):

A Associação de Residentes Bolivianos (ADRB) foi fundada no dia 25 de maio de 1969, por um grupo de amigos/as bolivianos/as com o ímpeto de unificação de toda "colônia" boliviana residente em São Paulo, a qual tem como principais metas: “o fomento e a difusão da cultura; assistência socioeconômica; e a prática esportiva” (ADBR, online). Seguem os princípios da erradicação de qualquer forma de discriminação, existentes nos mais diversos instrumentos legais baseados por valores de direitos humanos, inclusive, tais princípios estão presentes em nossa CF.

A necessidade de organização começou a partir dos anos 50 quando a migração boliviana tornou-se mais efetiva pelos tratados e convênios Brasil-Bolívia. Nos anos 60 a coletividade boliviana já se organizava em várias agremiações (clubes) a fim de aglutinar todos, mantendo com isso a identidade cultural boliviana. Nessa época destacou-se o Club Ollantay que sempre colaborava com todos os eventos desportivos incluindo neles atos cívicos para comemorações de datas célebres (Pátrias), contudo, inaugurando os eventos sociais e culturais. As atividades esportivas centravam-se em um campeonato de futebol (Campeonato Independência) (ADBR, online).

Grande parte destes/as imigrantes recém-chegados/as na década de 70 eram médicos/as⁴⁴, numa época em que a revalidação de diplomas era mais desburocratizada. Por isso, a ADBR goza de um *status* distinto dentro da comunidade boliviana: sua atuação é limitada, estando apartada (apesar de sua filosofia) dos movimentos mais populares.

4. *Missão Paz:*

A Missão Paz é um trabalho desenvolvido por Missionários Scalabrinianos e seus/suas colaboradores/as em São Paulo, com o objetivo de, segundo website da organização, “acolher, entender, integrar e celebrar a vida dos imigrantes e refugiados, sonhando com a cidadania universal [...] com larga vivência junto aos migrantes, imigrantes e refugiados, vamos muito além do assistencialismo” (MISSÃO PAZ, online).

Nossa equipe se dedica para viabilizar a construção de um mundo mais solidário e justo, fomentando a igualdade de direitos de todos os homens e todas as mulheres, independente da etnia, crença e cultura dos mesmos. Ela atua através do carisma Scalabriniano, colocando-se a serviço de todos os que migram, com uma presença acolhedora, mediadora, de comunhão e compaixão. Nossa missão é acolher os migrantes, os imigrantes e os refugiados, entendendo a história, respeitando a identidade, visando a integração e o protagonismo de cada um deles no novo contexto social, fortalecidos pela riqueza do encontro intercultural e unidos em torno da construção da cidadania universal (MISSÃO PAZ, online).

Dentre os serviços oferecidos pela Missão Paz destacam-se: apoio para a tramitação de documentos de regularização, mediação de negociações entre contratantes de imigrantes, acompanhamento da saúde física e psíquica de imigrantes e refugiados/as, apoio à inclusão social e educação de jovens imigrantes.

5. *Serviço Pastoral do Migrante:*

O Serviço Pastoral do Migrante (SPM) é inaugurado em 1986, em São Paulo, ano no qual lança a comemoração do Dia do Migrante e, posteriormente, a

⁴⁴ Grande parte dos primeiros fluxos migratórios de bolivianos/as para a cidade se dava por médico, devido à facilidade de validação de diplomas à época (ADRB, online).

Semana do Migrante. Criado como organismo ligado à Pastoral Social da CNBB, o “SPM tem por objetivo central articular e organizar os/as migrantes e imigrantes em geral, em âmbito local e nacional. Visa a organização e promoção dos grupos que vivem o drama da migração forçada e todas as suas consequências”. Segundo a descrição no website da organização “pela própria complexidade do fenômeno migratório, o SPM atinge não só os/as migrantes específicos como também os/as filhos/as dos/as migrantes e mulheres que não migraram, mas que igualmente são vítimas da migração” (SPM, online). O SPM é liderado e organizado, assim, por líderes da igreja católica, geralmente padres, que com o auxílio de imigrantes, prestam, principalmente, apoio e acolhida àquelas/es que necessitam.

O SPM tem como missão promover a defesa e a organização dos diversos grupos de migrantes, nas mais variadas situações: acolhida, combate à migração forçada, com luta pela terra, política agrícola, projetos auto-sustentáveis; luta contra as situações indignas de trabalho e moradia; luta contra o aliciamento de trabalhadores, tráfico de pessoas, trabalho escravo e formação de comissões de fiscalização de condições de trabalho (carvoarias, por exemplo); denúncia às variadas formas de preconceito e discriminação; promoção da cultura popular; religiosidade (a partir de uma leitura libertadora da fé, através do método ver-julgar-agir, em perspectiva ecumênica e inter-cultural); formação de grupos de geração de renda, construção de cisternas, agricultura familiar, alfabetização; acompanhamento e articulação das regiões de origem e destino dos migrantes; visita às famílias recém chegadas em bairros periféricos. Em resumo, luta por uma cidadania plena, universal, na qual os migrantes sejam tratados com igualdade na diferença (SPM, online).

Durante a 15ª Assembleia Nacional do SPM, a qual carregou o lema “Rompendo Fronteiras com os migrantes!”, foram definidas algumas pautas de reivindicação:

1. Temporários: Fortalecimento da luta contra o trabalho escravo; acompanhamento dos/as migrantes na origem e destino; sustentabilidade do Setor – agentes e recursos. Coordenação de Pe Garcia Peres c.s., Ir. Sandra Pinto e Jorge Ceolim;
2. Imigrantes: Formação de lideranças e incidência política e social; articulação Nacional e local; recursos humanos e financeiros. Coordenação de Elizete Sant’anna, Pe. Valdecir Molinari c.s. e Miguel Ahumada;
3. Urbanos: Formação de lideranças; fortalecer as parcerias; políticas públicas. Coordenação de Pe. Valdiran Santos e Emanuel Lindemberg.

Desse conjunto, foram destacados e especificados quatro prioridades para a orientação do trabalho geral do SPM, a saber: a) formação de agentes nos núcleos de base; b) atuação nos locais de origem, trânsito e destino dos/as migrantes; c) combate ao trabalho escravo, contrabando e tráfico de pessoas; d) fortalecimento institucional sustentável (SPM, online).

6. *Centro de Apoio ao Migrante (CAMI):*

Inaugurado em julho de 2005 pelo Serviço Pastoral do Migrante, o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI) é referência no Estado de São Paulo. Utilizando o lema “Em defesa de uma cidadania universal”, promove ações sociais que visam mudanças nas políticas migratórias. É para lá que muitas/os imigrantes se dirigem quando chegam à cidade, por isso que a sua atuação deve ser responsável e não apenas informativa, mas de fato preocupada com o conteúdo e consequência de suas orientações.

O CAMI conta com a atuação de profissionais qualificados/as que dão orientação jurídica especializada – efetivando o acesso à justiça em no País e conscientizando as/os imigrantes sobre seus direitos – em trâmites burocráticos e para a regularização migratória, além de fomentar a realização de atividades culturais, de formação e capacitação para a cidadania, inclusão digital e social (CAMI, online). O CAMI conta com uma equipe de oito pessoas, entre funcionários/as e voluntários/as, sendo que os/as últimos/as são imigrantes em sua maioria.

Desde sua fundação o CAMI atendeu mais de 20 mil imigrantes de 23 nacionalidades, em sua maioria provenientes da América do sul que receberam gratuitamente apoio e orientação para a realização dos trâmites necessários para a regularização migratória. Só na última Anistia Imigratória de julho a 30 de dezembro de 2009, o CAMI atendeu diretamente cerca de 5.000 imigrantes que tiveram sua situação migratória regularizada (CAMI, online).

O CAMI também é responsável por criar espaços de debate e incidência política. Com este tipo de atuação da sociedade civil muito já foi conquistado,

alguns exemplos são a anistia migratória e o acordo de livre trânsito e residência do MERCOSUL, Bolívia e Chile.

Outros eixos de seu trabalho são destacados: nova lei de imigração, pelo fim do tráfico de pessoas e trabalho escravo, pela ratificação da Convenção dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares, direito à saúde, educação, universidade, entre outros.

7. O Fórum Social pelos Direitos Humanos e Integração dos Migrantes no Brasil:

Articulação que reúne movimentos sociais, entidades, centrais sindicais, grupos culturais e associações que atuam em defesa dos direitos das/os imigrantes, totalizando atualmente 30 organizações. Entre suas atividades recentes, encontra-se o Lançamento da Campanha Permanente “Aqui Vivo, Aqui Voto”, a qual defende a aprovação da PEC – Proposta de Emenda Constitucional 347, apresentada em 2013, na Câmara Federal pelo deputado Carlos Zarattini, a qual prevê a possibilidade de as/os imigrantes votarem e serem votadas/os nas eleições brasileiras.

Tendo como eixo norteador as reivindicações presentes na Declaração do Fórum Social Mundial das Migrações, que centram as ações deste Fórum visando o protagonismo dos migrantes, buscam articular um grupo de entidades a fim de mudar o paradigma de segurança nacional no que se refere ao tema das migrações e da fiscalização de nossas fronteiras terrestres. Nesse sentido, mantêm a posição de contrariedade às legislações que criminalizam as migrações e militarizam as fronteiras. Buscam pautar um novo paradigma nacional em relação às migrações que leve em conta os direitos humanos da pessoa migrante, articulando esse fato aos processos econômicos e sociais em curso nas Américas e no mundo. Priorizamos a integração dos migrantes, levando em conta sua autonomia, identidade e, especialmente, direitos e deveres para com a sociedade e comunidade na qual está inserido (FSIDH, online).

Com base nesse paradigma, os parece fundamental articular a realidade pela qual vivem as/os imigrantes e emigrantes de nosso país reivindicando uma Política Nacional para as Migrações que seja capaz de integrar as políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro e seus distintos órgãos, especialmente, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Ministério das Relações Exteriores.

Os principais objetivos do Fórum são: agregar entidades, movimentos sociais e redes no Brasil que tenham como pauta a defesa das/os imigrantes enquanto sujeitos/as portadores/as de direitos; compartilhar informações e pautas dos diversos movimentos que atuam na defesa dos direitos das/os imigrantes, a fim de unificar as lutas; articular ações coletivas que incidam na melhoria das condições de vida e organização das/os imigrantes no Brasil ⁴⁵.

Proposta de Trabalho:

1- Reuniões mensais que sirvam para o compartilhamento de informações, em especial sobre:

- a) Ratificação pelo Brasil da Convenção da ONU;
- b) Construção de uma Política Nacional para as Migrações;
- c) Principais dificuldades encontradas pelos imigrantes no Brasil quanto a sua regularização;

⁴⁵ Instituições integrantes do Fórum Social pela Integração e Direitos Humanos dos Migrantes no Brasil:

Agência de Informações Frei Tito para América Latina e Cariba – ADITAL;
 Articulação Sulamericana Espaço Sem Fronteiras;
 Associação Bolbra;
 Bolívia Cultural;
 Associação de Imigrantes Paraguaio – Japayke;
 Associação Peruana de São Paulo;
 Associação Salvador Allende;
 Casa das Áfricas;
 Central Única dos Trabalhadores – CUT;
 Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante – CDHIC;
 Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos;
 Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra de SP;
 Confederação Sindical das Américas – CSA;
 Convergência das Culturas;
 Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção – COEBIVECO;
 Força Sindical;
 Grito dos Excluídos Continental;
 Instituto de Reintegração do Refugiado – ADUS;
 Instituto de Sociologia da USP;
 Instituto para o Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil – IDDAB;
 Juventud Sin Fronteras;
 Marcha Mundial das Mulheres – MMM;
 Presença da América Latina – PAL;
 Projeto de Extensão Universitária “Educar Para O Mundo” do Instituto de Relações Internacionais da USP;
 Rádio Infinita;
 Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco;
 Uneafro Brasil;
 União Geral dos Trabalhadores – UGT.

d) Direitos Políticos das/os migrantes.

2 – Promoção de Seminários e Debates;

3 – Incidência Política junto aos órgãos de governos relacionados à questão migratória, como:

a) Ministério da Justiça;

b) Ministério do Trabalho (Conselho Nacional de Imigração - CNIg);

c) Secretaria Especial de Direitos Humanos;

d) Fóruns Regionais como o MERCOSUL e a UNASUL.

4- Participar e Construir coletivamente a Marcha dos Migrantes que ocorre em dezembro por ocasião do Dia Internacional do Migrante.

8. *Marcha dos Imigrantes:*

A Marcha dos Imigrantes em São Paulo é uma grande manifestação que reúne, anualmente, centenas de pessoas nas ruas do centro da capital paulista, em marcha por direitos dos/as imigrantes na cidade. Em sua sétima edição, realizada em 2013, teve como tema a luta por uma “nova lei de migração justa e humana para o fim da discriminação” e reuniu cerca de mil pessoas de diferentes nacionalidades de acordo com as instituições organizadoras.

A Marcha foi pensada em alusão ao 18 de dezembro, Dia Internacional do Migrante. Assim como a Marcha, uma série de atividades e atos esporádicos são organizados pelos movimentos. Uma das mais importantes manifestações desta linha foi a marcha em protesto à insegurança de imigrantes em São Paulo, realizada logo após o assassinato do menino Brayan. Este episódio reuniu nas ruas da cidade, no dia 1º de julho de 2013, cerca de 400 bolivianos/as, unidos/as em busca de medidas efetivas por parte do poder público. Conforme já mencionado, até pouco tempo, os/as imigrantes encontravam uma série de dificuldades para abrirem contas bancárias, o que os/as obrigava a guardarem seu dinheiro em casa. Com isso, houve um aumento da vulnerabilidade desta população a roubos e assaltos.

Para além do tema da insegurança, a marcha de 1º julho se tornou um marco para a comunidade boliviana e um marco, também, para a militância imigrante⁴⁶. Neste momento, uma infinidade de outras pautas foram defendidas, por meio de gritos de ordem, cartazes, faixas que, em suas palavras, clamavam por direitos; por nenhum direito a menos aos/às imigrantes: foi o estopim para que uma série de opressões e discriminações fossem ali rechaçadas⁴⁷. Esta ocasião não somente aproximou a comunidade boliviana, como representou o embrião de uma nova organização, voltada para a defesa dos direitos da comunidade boliviana, conhecida como Comitê pela Organização Boliviana em São Paulo.

9. Comitê pela Organização Boliviana em São Paulo (CBBR):

Foi fundado em 2 de julho de 2013, após a morte do menino Brayan, o qual teve repercussão internacional. O Comitê é formado por 54 jovens voluntários/as e 3500 signatários/as. Seu principal objetivo é organizar a comunidade boliviana em diferentes bairros em São Paulo, divulgando seus direitos e organizando comitês de defesa por bairros, para evitar assaltos e mortes. Buscam assim a integração da comunidade boliviana que esteve por anos dividida por pessoas que se diziam representantes de sua comunidade, mas que na verdade, têm defendido interesses pessoais, “*somos jovens desinteressados a cargos de nombramientos debemos construir um VIVIR mejor sin egoísmo, divisionismo y arrogância*” (MONICA RULO, 2013 apud CBBR, online).

São alguns/mas dos/as membros/as do CBBR: Daniel Colque Andrade, Bonifacio Chura, Pablo Aruquipa, Monica Rodriguez, Martin Huanca Richard Apaza, Tito Aduviri. Os militantes Tito e Bonifacio afirmam que a coletividade boliviana organizada surge de uma necessidade primordial de se organizarem, mesmo com as diferenças culturais:

⁴⁶ Segundo informações do website Bolívia Cultural, algumas pessoas foram diretamente a frente do Consulado Central da Bolívia em São Paulo, onde um encontro com Jaime Valdivia, Cônsul desde 2006, os receberia às 16h. Outros/as se reuniram na Rua Coimbra, parte do reduto boliviano na cidade. Mas só ao chegar na Avenida Paulista, berço de negócios da cidade e se alojarem em frente ao seu consulado (próximo ao MASP, um cartão postal de São Paulo), a grande mídia despertou ao fato. Lá, em maior número, foram feitos discursos inflamados de pessoas do povo sobre injustiça, direitos e união. Eles/as marcharam até o Largo da Concórdia com acompanhamento policial, voltaram e se postaram a frente do Ponto Consular da Bolívia no cruzamento da Coimbra com a Bresser. Após discussões sobre o movimento e o que o povo pede a seus/suas representantes, decidiu-se pela Marcha até a Paulista. Foram, em média, sete quilômetros de caminhada, em tempo chuvoso, frio (Marcha dos Imigrantes, online).

⁴⁷ Ver imagens em Anexo 9.1 desta dissertação.

Sabemos que existen caracteres idiosincráticos y sociales que nos diferencian, pero hagamos caso a aquellos viejos y conocidos dichos: la unión hace a la fuerza y querer es poder. Porque no soñar y querer conseguir algo para nuestro comunidad, los primeros bolivianos inmigrantes llegaron en 1953 son 60 años que se pasaron, debemos construir una vida mejor con respeto y dignidad para el hombre boliviano y mujer boliviana, contamos con el apoyo de todos los profesionales y convocamos médicos, ingenieros, abogados profesores hijos de bolivianos nacidos en Brasil para un cambio para esta comunidad olvidada por nuestros gobernantes (TITO; BONIFACIO, 2013 apud CBBR, online).

10. Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra (ASSEMPBOL):

A ASSEMPBOL atua a mais de 10 anos, e há dois anos conseguiu adquirir *status* jurídico de associação, adquirindo CNPJ. Atua para a melhoria das condições de vida de moradoras/es da Rua Coimbra, as/os quais, muitas vezes, vivem onde trabalham. Também atuam como apoio ao/a imigrante empreendedor/a, como orientação e auxílio para investimento em um novo negócio e abertura de empresa. Luis Vasquez é o presidente da associação, e comentou (em entrevista concedida ao Bolívia Cultural) sobre as dificuldades em manter os/as associados/as unidos/as, apesar dos esforços em aprimoramento da administração e da transparência (ASSEMPBOL, online).

A associação também apoia eventos e festas culturais da comunidade boliviana, sendo um dos principais focos de mobilização e organização na Rua Coimbra, localizada no Brás, polo têxtil e onde muitas/os imigrantes vivem e trabalham. Assim, a ASSEMPBOL atua como intermediadora entre sociedade e poder público nas inúmeras atividades realizadas neste local.

No ano de 2014, tal associação obteve muitos logros, dentre eles, a organização da primeira Alasitas⁴⁸ com o apoio do poder público. Há dois anos,

⁴⁸ Todo dia 24 de janeiro, há mais de duzentos anos, os/as bolivianos/as costumam parar seus afazeres cotidianos para render cultos a Ekeko, o deus da abundância, atualmente representado por um homenzinho baixo e robusto, com chapéu, bigode, poncho, cigarro na boca e dezenas de penduricalhos. As miniaturas são desejos de consumo para o ano que se inicia. Dentre as miniaturas encontram-se carros, notas de dinheiro, casas, mini canteiros de obras e, até, pequenas cédulas do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE). A festa em honra a Ekeko é conhecida como Feira de Alasitas, termo que em aimará significa “Compre-me”. Graças ao grande afluxo de imigrantes bolivianos/as, a Alasitas é realizada na cidade desde 1999. Ver imagens em Anexo 9.2 desta dissertação.

na gestão de Gilberto Kassab (PSD), a feira foi reprimida por funcionários/as da Subprefeitura da Mooca e pela Guarda Civil Metropolitana (GCM). A prefeitura alegou que a venda de miniaturas se tratava de comércio ambulante e inviabilizou o evento, enviando a fiscalização – conhecida em São Paulo como “rapa” – confiscar as réplicas. Tal reação demonstra, primeiramente, um enorme desconhecimento e desrespeito à cultura boliviana, a qual foi proibida sua manifestação na cidade. Ao mesmo tempo, demonstra a profunda discriminação às/aos imigrantes bolivianas/os, pois, à primeira vista, ficou subtendido que dedicavam-se ali a um ato “ilegal”, adjetivo tipicamente atribuído aos grupos de imigrantes indígenas, ou negros, ou fenotipicamente não europeus. Luis Vasquez conta que foram linchadas/os, mesmo tendo pedido autorização anteriormente ao acontecimento.

Para se ter uma ideia da drástica alteração do tratamento à/ao imigrante na cidade, com a vitória de Fernando Haddad (PT) nas últimas eleições para a prefeitura de SP, no ano de 2014, o governo municipal não apenas apoiou o evento como, em entrevista, o Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, declarou que o poder público da cidade é contra os atos cometidos pela polícia de Kassab, e ainda, reforçou a sua importância, declarando: “Nada mais justo de que uma feira como essa, tão importante para o povo boliviano, entrar no calendário oficial da cidade” (BREDA, 2014).

11. *Associação Cultural Folclórica Bolívia Brasil:*

No ano de 2006, com o apoio da Pastoral do Migrante, da Igreja Nossa Senhora da Paz e do Memorial da América Latina, vários grupos folclóricos, em comemoração à Independência da Bolívia, realizaram atividades e apresentações públicas em São Paulo. O sucesso da atividade incentivou a realocação dos grupos folclóricos bolivianos, os quais já não cabiam mais nas dependências da Igreja Nossa Senhora da Paz. “Como desdobramento desse envolvimento massivo, formou-se uma comissão de membros das ‘fraternidades’ (como os bolivianos chamam seus grupos de dança e canto) para decidir a participação de cada grupo folclórico nas atividades festivas religiosas e pátrias” (FUNDAÇÃO MEMORIAL, online).

Surge, a partir de então, a Associação Cultural de Grupos e Conjuntos Folclóricos Bolívia Brasil, formada originalmente por seis grupos folclóricos; hoje totaliza 14 grupos folclóricos⁴⁹, reconhecidos dentro e fora da comunidade boliviana. Tais “fraternidades” têm em sua composição centenas de pessoas de todas as idades e classes sociais. Também contam a participação de imigrantes de outras nacionalidades.

Uma das características interessantes dessa associação cultural é que a diretoria, democraticamente eleita, é formada exclusivamente por mulheres da comunidade boliviana, além do padre Geremia e de German Poma. São elas: Norah Alcira Gamboa de Villarroel, Claudia Esther F. Camacho, Jenny Chuquimia Mamani, Felicidad Clementina Cochi de Poma, Dra. Ruth Myrian F. Camacho Kadluba (ACFBB, online).

A seleção de tais organizações tem um propósito: traçar um mapa de suas relações e estratégias de organização e luta. Iniciemos buscando compreender o papel daquelas que há mais tempo lidam com a questão migratória, neste caso, as organizações ligadas à Igreja Católica.

Há décadas a Igreja Católica vem ocupando um papel “em substituição” do Estado: vem acolhendo e prestando assistência ao/à imigrante que chega à cidade de São Paulo. Milhares de migrantes de diversas nacionalidades e migrantes internos/as chegaram à cidade em condições muito semelhantes, desde o início do século XX: não possuíam trabalho, tampouco conhecidos/as, ou lugar para morar e o pouco dinheiro que possuíam, geralmente, não era suficiente para garantir seu sustento por muito tempo na grande cidade.

Não havendo nenhum tipo de política pública voltada para a recepção digna dessas pessoas, a Igreja Católica passou a preencher essa lacuna, e desde então presta atendimento a outros/as milhares de migrantes que chegam à capital anualmente. Ultimamente, com o elevado número de instituições e organizações voltadas à pauta migratória, o peso do trabalho tem sido dividido. No entanto, os

⁴⁹ Os grupos são: Fraternidad Morenada Bolivia Central, Fraternidad Morenada Nueva Revelacion 2004, Fraternidad Morenada Juventud Intocables, Fraternidad Tynkus Bolivia WuaynaLisos, Fraternidad Kullaguada Juventud Rebeld, Fraternidad Kullaguada Esmeraldas Del Valle, Fraternidad Diablada 10 de Febrero, Fraternidad Jenecheru, Ballet Folclorico Boliviano, Fraternidad San Simon, Grupo Bolivia K'ori Jallpas, Grupo Kantuta Bolívia, Grupo Autoctono Jacha Sicuris de Italaque e Grupo folclorico Juventud chicheña.

acontecimentos recentes comprovam que, em grande medida, as entidades ligadas à igreja ainda têm sido as principais referências de acolhida na cidade.

A exemplo disso, recordemos a recente chegada de haitianos/as em território brasileiro⁵⁰ a partir do ano de 2012, logo após o terremoto que dizimou o Haiti, a qual triplicou no ano de 2013, e concentrou cerca de 1200 pessoas em um abrigo com capacidade para 300, na cidade de Brasiléia. Em abril de 2014, devido à incapacidade de abrigar essas pessoas nesta pequena cidade do Acre, o governo do Estado transferiu à cidade de São Paulo grande parte do contingente lá, até então, presente. A Igreja Nossa Senhora da Paz, localizada na Rua do Glicério, zona central da cidade e sede da Missão Paz, recebeu e abrigou cerca de 400 pessoas, em apenas sete dias, que se encontravam acampadas nas dependências da Igreja (MACHADO, 2014).

A chegada repentina de diversos ônibus com imigrantes haitianos/as à São Paulo, foi uma surpresa aos/às dirigentes da cidades e às organizações de atendimento ao/à migrante. Sem lugar para dormir tampouco o que comer, medidas emergenciais foram tomadas, com os esforços da prefeitura, das entidades da igreja, de outras organizações e de imigrantes que se solidarizaram com a situação calamitosa. Não demorou muito para que a capacidade de acolhida da sede da Missão Paz se esgotasse, e neste momento, o governo municipal juntamente ao governo estadual providenciou um galpão, alugado por algumas semanas pela prefeitura, enquanto o governo do Estado se responsabilizou pelo fornecimento de alimentação, também por tempo limitado, suficiente para que buscassem trabalho e moradia.

Este fato ilustra a ainda essencial atuação das pastorais e sua quase exclusividade no atendimento ao/à imigrante recém-chegado/a à cidade. A repetição de situações como essa, em que as igrejas preencheram lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas, concedeu a essas instituições um *status* de mentoras em matéria de cuidado a esta população. É como se a sua trajetória e necessidade de seu apoio fizesse dela a entidade referência para este tipo de ocasião. O referido *status* confere às pastorais uma espécie de representatividade indiscutível: entendem que são (e assim são muitas vezes entendidas) o paradigma

⁵⁰ Segundo o governo o Acre, desde dezembro de 2010, cerca 15 mil haitianos/as entraram pela fronteira do Peru com o Estado (STOCHERO, 2014).

de acolhida a migrantes e refugiados/as, e portanto, habilitadas a representá-los/as em diversos espaços.

Pois bem, esta posição lhes dá, indubitavelmente, privilégios em relação aos demais grupos dedicados à questão migratória. Além de possuírem, o privilégio da representatividade das demais organizações em espaços de articulação com o poder público, representam, muitas vezes, os interesses do/a próprio/a migrante, o/a qual não protagoniza o trabalho realizado pelas pastorais.

Um/a de nossos/as entrevistados/as nos conta sobre o caráter “assistencialista” e “paternalista” das entidades da igreja católica em direção ao/a sujeito/as migrante. Ao entenderem o/a imigrante apenas como uma vítima das circunstâncias, incapaz de tomar decisões, de obter qualquer tipo de autonomia e de mudar sua realidade, essas organizações lhes extirpa a possibilidade de serem seres detentores/as de agência. O fato de considerarem que tais indivíduos “não podem andar com as próprias pernas”, significa que devem ser cuidados/as e protegido/as, o que acaba por “infantilizar” a figura do/a imigrante: há um abafamento da voz do/a protagonista do processo.

Outro/a de nossos/as entrevistados/as afirmou em entrevista que:

O papel das pastorais é estar em comunicação com o poder público, e com este articular ações e mudanças a partir das demandas que os imigrantes trazem até nós: somos a ponte que liga o Estado a eles (2014, informação verbal).

De todo modo, ser o/a “intermediário/a” das relações Estado/sociedade civil, ao mesmo tempo em que pode ser positivo (uma vez que a/o migrante, ela/e mesma/o, pode demonstrar dificuldade em encontrar vias possíveis para o diálogo com o Estado e veja nas pastorais uma alternativa), ainda somos da opinião que, ao menos, tal intermediação parta de uma conduta de empoderamento à população migrante. Entendê-los/as como sujeitos de direitos e não como meras vítimas “indefesas” frente às circunstâncias é o primeiro passo para a transformação da realidade⁵¹.

Daí depreende-se que a relação da igreja católica com as demais organizações, principalmente as quais possuem um entendimento distinto dos

⁵¹ Ressalte-se que a intenção aqui não é diminuir o trabalho e atuação das pastorais. Ao contrário, se reconhece que sua atuação é importante para a pauta migrante. Porém, suas iniciativas correspondem mais a medidas paliativas, que resultam em uma manutenção do *status quo* em contraposição a ações centradas para a alteração dessa desigual relação de poder.

imigrantes, não é das mais harmônicas. Têm de dividir os mesmos espaços de representação e articulação, e ainda que em defesa dos direitos dos/as migrantes, suas estratégias de intervenção são muito distintas. Enquanto as primeiras buscam assistir ao/à migrante, as últimas buscam assistir e agir para a alteração de sua condição, priorizando o seu protagonismo⁵². Aliás, pudemos perceber, a partir desta reflexão, porque as entidades católicas, não são membros do Fórum Social pelos Direitos Humanos e Integração dos Migrantes no Brasil.

Por outro lado, ainda que tenham esta postura, continuam a somar forças às demais organizações e a desempenharem um papel que o Estado ainda não desempenha na cidade. Além disso, por participarem de espaços de representação, as negociações entre esses diversos grupos é constante, justamente para alinhar discursos e reivindicações frente ao Estado.

Por outro lado, há as organizações que se auto classificam como em busca de consolidação de uma autonomia e agência ao/à migrante.

Em entrevista, V. Y. nos conta sobre sua trajetória como militante pelos direitos humanos dos/as migrantes. Lembra-se de quando era uma estudante, recém-chegada em São Paulo, e que, em certos momentos de sua vida, foi conhecendo pessoas que a apresentaram o universo da militância:

Minha mãe dizia: filha, você é estrangeira, você não pode fazer isso, não pode ser de centro acadêmico, não pode participar de movimento estudantil, não pode fazer protesto, você é estrangeira! (V. Y., 2014, informação verbal).

O significante estrangeira/o é unívoco para muitas/os: significa não poder; não poder fazer muitas coisas, simplesmente pelo fato de ser o que se é. Diante deste quadro de impossibilidades, V. Y. conta-nos que passou a engajar-se com a pauta migratória, e a coordenar o projeto “*Sí, yo puedo*”, o qual reúne alunos/as, voluntários/as, membros/as de instituições voltadas à colônia migrante e da prefeitura de São Paulo e surge da necessidade de fomentar o conhecimento para que as pessoas vejam que sim, há oportunidades para elas e seus sonhos⁵³.

⁵² Vide, por exemplo, a apresentação dos objetivos da Missão Paz em seu website: “acolher, entender, integrar e celebrar a vida dos imigrantes e refugiados, sonhando com a cidadania universal”.

⁵³ Inicialmente focado em crianças e adolescentes, o trabalho se tornou mais focado em um público cuja procura surpreendeu jovens e adultos. O projeto dedica-se a ministrar cursos de português e formar turmas periodicamente, aumentando a possibilidade de uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Nessa linha, as organizações que têm como premissa a agência da/o imigrante, são responsáveis por empoderamentos diversos, por meio da realização de cursos de formação em direitos humanos, cursos de português e informática gratuitos, além de realizarem diversas conversas e debates públicos sobre questões que tocam diretamente aos/as imigrantes na cidade. Os avanços a serem apresentados na próxima seção são, indubitavelmente, fruto da luta cotidiana dessas organizações somada aos esforços dos atuais governos federal e municipal.

Há também a organização de grandes manifestações periódicas, de extrema relevância simbólica para a luta migrante: relembram que os/as imigrantes não estão inertes às condições que lhes tem sido oferecidas na cidade. É o caso da organização da já mencionada Marcha dos Imigrantes.

Por fim, encontram-se as associações culturais e de categorias singulares, como dos/as empreendedores/as ou dos/as residentes bolivianos/as, além de comitês de pautas específicas. Em entrevista, V. Y. revela que muitos/as imigrantes bolivianos/as não costumam se unir, sendo este um dos principais entraves para organizarem-se em São Paulo. Muitos/as estão preocupados/as apenas em defender seus próprios interesses e criam associações em busca do esgotamento de pautas pontuais: assim que estas são alcançadas, muitas das organizações são desfeitas, e assim, apenas voltam a se organizar em momento oportuno, ou caso surja a necessidade primordial de resolução de outro conflito emergente.

Tal conduta não apenas desmobiliza as comunidades, como dificulta e compromete a continuidade de ações que visam mudanças a longo prazo: há reivindicações que não são pontuais, que são estruturais, e a dedicação limitada e específica não é suficiente para que resultados satisfatórios sejam obtidos. A luta por direitos humanos de imigrantes é permanente, pois enquanto não alcançarmos os níveis de igualdade de direitos e respeito desejáveis, enquanto mais e mais imigrantes estiverem chegando à cidade de SP, e cada vez menos tiverem acesso e direito à cidade, a luta deve continuar. Além disso, trata-se de uma demanda de todos/as, pois não beneficiará apenas um grupo de pessoas, mais cedo ou mais tarde, todos/as irão gozar dos direitos conquistados.

Vale mencionar que as associações bem como os grupos culturais e folclóricos desempenham um papel importante na cidade: são a ponte mais direta com a sociedade brasileira. As associações porque estão em negociação com a

própria sociedade para lograr “inclusões”, seja para que se possa obter um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para sua microempresa ou para obter autorização da prefeitura e vizinhança para a realização de um evento. Já os grupos folclóricos comunicam-se de maneira distinta, por sua manifestação cultural. Tem crescido o número de paulistanos/as interessados/as em conhecer a cultura andina, e em São Paulo, muitas vezes, irão encontrá-la a apenas algumas quadras de suas casas. Dessa maneira, os grupos culturais cumprem o papel importante de preservar e revalorizar sua cultura, e de sensibilizar a sociedade paulistana.

Os diversos tipos e modos de organização na cidade de São Paulo, apesar de sua diversidade, estão muito interligados. Ao tomar com exemplo uma situação cotidiana, tais características ficam mais evidentes.

Em dado momento a fala de V. Y. voltou-se para a sua própria experiência enquanto migrante na cidade. Explicou que seu pai fora dono de uma oficina de costura no centro da cidade, e que não tendo condições de sustentar a oficina e remunerar bem a seus funcionários, optara por pagar baixos salários para que o negócio continuasse a funcionar, afinal tinha uma família para prover o sustento⁵⁴.

Pois bem, uma das reivindicações das organizações de direitos humanos é o aumento da fiscalização das oficinas por parte do Ministério Público e do Ministério do Trabalho e Emprego, para que grandes empresas de confecção sejam responsabilizadas pela exploração de trabalho. Isso porque parte destas empresas a escolha pela terceirização de sua produção e o repasse de dinheiro em menor quantia que a necessária para se produzir dentro da cidade de São Paulo – a qual possui um dos metros quadrados mais caros do país e do mundo. É frequente a realização de interrogatórios e investigações às/aos bolivianas/os, donas/os de oficinas e, em alguns casos, são responsabilizados/as por toda a cadeia de exploração. Ora, de todo o processo, a maior responsável é a grande empresa de confecção. Diante disso, inúmeras associações de imigrantes do ramo da confecção são formadas para que, minimamente, seja assegurada a isonomia da lei e para que se possa garantir condições de trabalho dignas, e isso inclui, por exemplo, poder assinar a carteira de trabalho de seus/suas funcionários/as.

⁵⁴ Muitos/as bolivianos/as têm se tornado donos/as de oficinas e devido aos altos salários e baixo faturamento, acabam praticando a exploração do trabalho.

Ainda, pensemos no que diz respeito à exploração do trabalho. Recém-chegados/as, os/as imigrantes bolivianos/as, em geral, já têm onde trabalhar, pois desde a Bolívia fizeram acordos informais com seus/suas futuros/as patrões/patroas. E também há aqueles/as que não encontraram trabalho antes de sua chegada em São Paulo. Em qualquer um dos casos, é fato que desconhecem quem os/as está contratando, mostram-se, portanto, mais vulneráveis a caírem em redes de exploração de trabalho. Nesse momento da chegada, o trabalho de acolhida, se orientado para informar ao/à imigrante sobre os perigos das redes de exploração, pode contribuir para que as chances de adentrarem neste mundo sejam drasticamente subtraídas.

Vimos que a acolhida e proteção, a luta por direitos humanos, a defesa de pautas específicas, a preservação e difusão cultural são esferas interligadas dos movimentos, ainda que operem fragmentadamente.

Ressalte-se que nem sempre interligação corresponde a união. Em entrevista, O. J.⁵⁵ faz menção à dificuldade de unificação de pautas, de aproximar os distintos movimentos e de torná-los mais coerentes: sua dispersão é um entrave às mobilizações.

O. J. faz alusão a um grupo cultural que realiza a *morenada*⁵⁶, e garante que é o grupo mais organizado que conhece. Aliás, em sua avaliação, as organizações de caráter cultural são as mais bem organizadas da cidade:

Esses grupos têm uma divisão de tarefas muito bem delimitada, todos cumprem suas tarefas com excelência, no tempo determinado. Os responsáveis pela compra do material utilizam o dinheiro disponível e contabilizado pela tesouraria que realiza todo este controle, entregam o material às costureiras, que são muito cuidadosas, muito caprichosas, e confeccionam as roupas a tempo de se provar e fazer ajustes, os dançarinos, paralelamente, estão realizando os ensaios, tudo a tempo de a apresentação sair perfeita. Se encontrássemos de onde vem esse senso de organização, essa energia e entrosamento, e conseguíssemos levar para os movimentos sociais, aí sim seriam organizados, mas hoje, os bolivianos não estão bem organizados, tentam, mas estão dispersos (O. J., 2014, informação verbal).

Pergunto, nesse momento, porque a entrevistada acredita que essa energia não é transferida para a militância e O. J. responde: “*não sei bem, talvez não*

⁵⁵ Entrevista concedida por O. J. presidenta da ONG Presença da América Latina (PAL). [Julho.2014]. Entrevistadora: Vanessa G. Zanella. São Paulo, 2014. Arquivo V.4. (72min25s). O roteiro de entrevista encontra-se transcrito no Apêndice 8.1 desta dissertação.

⁵⁶ A entrevista não fez referência a grupo específico por não se recordar de seu nome. A *Morenada* é a Festa da Independência da Bolívia.

queiram ou acham que não devem se envolver com política... Também lhes falta formação em direitos humanos” (O. J., 2014, informação verbal).

“Não devo, não posso, não é para mim”. Mais uma vez voltamos ao relatado por V. Y. (2014, informação verbal). Nota-se uma espécie de subestimação da real possibilidade e permissividade em se engajarem em lutas políticas. A “baixa autoestima” da/o imigrante e o medo da deportação as/os tornam arredias/os frente a um envolvimento com mobilizações sociais. Segundo Luiz Bassegio, muitas/os querem trabalhar, juntar um dinheiro ao final do mês, enviar à família e, de preferência, não se envolver com política, polícia ou governo. Essa lógica da obediência, de se aceitar as regras do jogo tem suas raízes principalmente, neste contexto específico e em nosso entendimento, na condição mesma de ser imigrante.

Isso porque a longa história de ação política do povo boliviano gerou neste país uma identidade de resistência (LINERA; LEÓN; MONJE, 2010). Obviamente, que esta constatação não é condição *sine qua non* para que todos/as os/as bolivianos/as sejam fervorosos militantes: seria uma generalização completamente descabida afirmar a homogeneidade de um povo.

No entanto, o povo boliviano identifica-se pelas lutas que travou (mesmo que as lutas tenham sido protagonizadas por outro/as) em favor de direitos sociais e pela democracia. E aqueles/as que de fato passaram a fazer parte da estrutura de algum movimento social na Bolívia, ao cruzarem as fronteiras, assumiram outras posturas, conforme observado em pesquisa de campo.

Foram três os/as entrevistados/as que mencionaram o engajamento de muitos/as imigrantes bolivianos/as em São Paulo, em específico, à COB, na Bolívia. Quando questionados sobre a sua participação política em movimentos sociais no Brasil, L. B. respondeu:

Sei que muitos imigrantes participavam de movimentos lá, da COB. Mas não se sabe muito bem quem é e quem não é da COB, só sei que tem muitos em São Paulo e que faziam parte do movimento. Mas sei que tem, só que eles não falam, não se identificam, não querem se envolver com militância aqui (L.B., 2014, informação verbal).

Consoante ao destacado em oportunidades anteriores, a condição de subalternidade do/a imigrante boliviano/a, resultante de uma infinidade de fatores

trabalhados ao longo deste trabalho – que vai desde a ação sistêmica do capitalismo neoliberal globalizado até a ocupação socioterritorial na cidade de São Paulo – é acentuada pelo medo, pelo apagamento, pela sensação de impotência. Ao se afastarem, devido às inúmeras circunstâncias, da ação coletiva afastam-se também da alteração da lógica hegemônica de coerção e consenso que caracteriza suas relações aqui e lá.

Modos de organização

Os movimentos sociais de bolivianas/os em São Paulo, têm formas peculiares de organização e estruturas de mobilização. Não caberia a uma investigação ampla (como a presente), adentrar nas peculiaridades de cada uma das resistências de bolivianas/os existentes na cidade, até porque tal empenho ultrapassaria os limites do trabalho. Segundo Linera, León e Monje (2010: 25), a análise das estruturas de mobilização de um movimento social envolve o estudo de suas estruturas formais, das estruturas menos formais, dos repertórios táticos, da manutenção da ação coletiva a longo prazo e das estruturas conectivas e estruturantes do movimento. Considerando que os movimentos de imigrantes não possuem uma composição, estrutura e formação “tradicionais”, às quais cabem as análises de Linera, León e Monje (2010), os esforços em “encaixá-los”, todos, nestes moldes de análise seriam sobremaneira multiplicados. Lançou-se, portanto, um olhar panorâmico aos movimentos em seu conjunto, sem especializar-se no estudo de um deles. Assim, enfatizaremos aqui os aspectos gerais existentes nos distintos movimentos. Tais informações não estão disponíveis em livros, tampouco em quaisquer informativos, relatórios, mapeamentos. As mesmas foram integralmente retiradas das entrevistas concedidas.

Conforme anteriormente salientado, os/as imigrantes dedicam-se diariamente a longas jornadas de trabalho, seja no ramo da costura, na venda ambulante, no trabalho doméstico. Vimos que muitas vezes, moram onde trabalham, e têm seus horários livres controlados pelos donos de oficinas ou, ainda, moram longe dos locais de trabalho.

Assim, o tempo que lhes resta para se organizarem é aos finais de semana. Reúnem-se nas sedes das distintas organizações (aqueles que as possuem) e às vezes, aqueles/as que não vivem onde trabalham. O mais comum é que, os movimentos que não possuem um local próprio “emprestem” uma sala do espaço

de algum outro movimento. Dessa maneira, parcerias são estabelecidas e aproximações são inevitáveis.

As convocatórias para reuniões são realizadas, principalmente, por meio eletrônico. A tecnologia informacional tem acelerado e facilitado a comunicação de mobilizações sociais não apenas em São Paulo, mas ao redor do mundo⁵⁷.

Há, dessa maneira, três outras formas de comunicação alternativas à internet. A primeira delas são as rádios. Verificamos, anteriormente, que é comum, durante todo o dia de trabalho nas oficinas de costura e nos ambientes domésticos que centenas de bolivianos/as ouçam estações rádios da Bolívia, ou de locutores/as bolivianos/as que criam suas próprias rádios em São Paulo. São, em geral, rádios piratas, mas por meio delas há um largo alcance de informações, além de seu público ser, quase que exclusivamente, o público alvo dessas organizações. Inclusive, há diálogos constantes entre os/as locutores/as e entre estes/as e lideranças de movimentos sociais, para que seus trabalhos estejam em consonância à defesa de direitos de imigrantes.

A segunda forma diz respeito à tradicional e eficaz distribuição de panfletos em locais e horários estratégicos com convocações para reuniões, debates, cursos de formação ou inglês: a busca de mobilização por parte dos movimentos de mais imigrantes é frequente e constante. Aos domingos, na Praça Kantuta, ou na Rua Coimbra, é comum deparar-nos com a disseminação de muitas informações de todo o tipo, anunciam empregos, vendas de móveis e outros objetos, dão informes sobre ocorrências importantes para toda a comunidade. Enfim, alguns locais correspondem a centros aglutinadores de imigrantes bolivianos/as e de informações a eles/as direcionadas.

Por último, e segundo entrevistados/as, uma das formas mais eficazes de se comunicar sobre atividades da militância imigrante é o chamado “boca a boca”. Corresponde a uma forma de comunicação auxiliar às demais citadas, porém efetiva em alguns casos.

⁵⁷ Em junho de 2013, vivenciamos uma onda de manifestações no país, encabeçada pelo movimento Passe Livre e, majoritariamente, organizada por mecanismos disponíveis na internet, como é o caso do *Facebook*. Grupos de e-mail, páginas em redes sociais, *Skype* e até mesmo o mais novo *WhatsApp*, têm sido centrais para estabelecer a comunicação entre os/as membros/as dos movimentos, no entanto, seu uso ainda é limitado pelos/as imigrantes, e nem sempre, o conteúdo que os movimentos intencionam repassar aos/as imigrantes chega até eles/as.

Há ainda, a possibilidade de interessados/as em informações diversas procurem centros de apoio a imigrantes, e que, nesse momento, sejam informados/as sobre debates públicos ou manifestações a serem realizadas. No entanto, a adesão de membros externos ao eixo de organizações ainda é muito baixa.

Recordemos, que todas essas formas de comunicação se precarizam na medida em que o/a imigrante se afasta do centro.

Estruturam-se, em geral, hierarquicamente, apesar de não ser incomum o estabelecimento de relações mais horizontais no cerne das resistências. Nos casos em que o vínculo da liderança é institucional, como ocorre com “proprietários/as” de ONGs, por exemplo, os/as dirigentes são menos mutáveis e elegíveis. Nos demais casos, a elegibilidade de dirigentes é mais democrática.

Principais reivindicações

A Audiência Pública realizada pelo Fórum Social pelos Direitos Humanos e Integração dos Migrantes no Brasil, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, no dia 22 de agosto de 2013, contou com a participação de mais de 220 pessoas, dentre imigrantes das diferentes nacionalidades como latino-americano/as, africanos/as, europeus/éias, das diferentes comunidades, entidades e movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos dos/as imigrantes, além de autoridades municipais, estaduais, federais e consulares (CDHIC, online). Tal audiência tinha como objetivo colher subsídios para a implementação de políticas em favor à/ao imigrante, em âmbito municipal, estadual e federal.

Uma infinidade de consultas como essas são realizadas periodicamente, impulsionadas em grande parte pelos próprios movimentos, no entanto, algumas das atuais lideranças governamentais têm mostrado seu enfoque de direitos humanos à questão migratória ainda que isso contrarie a lei vigente.

Compilamos as principais pautas dos movimentos de imigrantes, reunindo subsídios colhidos na audiência pública supracitada (e em alguns outros espaços semelhantes); na ocasião da realização da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes: Somos Todos Migrantes, realizada em 2013 pela Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e

Cidadania da Prefeitura de São Paulo; na 1ª Conferencia Nacional sobre Migrações e Refúgio – COMIGRAR; no Relatório Geral dos Eventos de I Nível do Projeto OIM – DEEST/SNJ, “Colóquio sobre Direitos Humanos na Política Migratória Brasileira” analisado no início desta seção e nas entrevistas realizadas para a construção do presente trabalho.

As principais reivindicações dos movimentos sociais de imigrantes são⁵⁸:

- 1) Programa de formação para empregabilidade com cursos próprios, e pelas instituições existentes, nas diversas áreas, principalmente empreendedorismo, idioma Português e geração de renda;
- 2) Política pública para abertura de contas em bancos com protocolo e SINCRE⁵⁹ e para a facilitação ao acesso a linhas de crédito e ao envio de remessas para o exterior;
- 3) Atenção especial a mulheres imigrantes, vítimas de violência e refugiadas, situação de seus filhos e filhas, principalmente no acesso ao SUS e todo tipo de política de saúde reprodutiva;
- 4) Criação de casas de mulheres e mães migrantes com seus/suas filhos/as, em situação de abandono e vulnerabilidade social, e auxílio para voltar a seu país de origem;
- 5) Regularização das Feiras Culturais e Gastronômicas dos Imigrantes em São Paulo;
- 6) Política pública de interculturalidade nos programas educacionais, para combater o *bullying*, o racismo e a xenofobia nas escolas e na sociedade como um todo, estimulando a cultura de acolhida ao/à estrangeiro/a;
- 7) Descentralizar a emissão de Carteira de Trabalho para os mesmos postos onde os/as brasileiros/as são atendidos/as e otimizar espaços de atendimento nas Subprefeituras;
- 8) Capacitação para agentes e funcionários/as públicos/as municipais para atendimento ao/à imigrante;

⁵⁸ Os pontos em destaque são aqueles que mais se repetiram durante a realização da pesquisa, e foram, principalmente, aqueles indicados pelos/as entrevistados como prioridades dos movimentos.

⁵⁹ Sistema Nacional de Cadastramento de Registros de Estrangeiros (SINCRE) é um documento do país de origem.

- 9) Criar um Disque-Denúncia público, no idioma espanhol, para violações de direitos;
- 10) Criação de campanhas de valorização cultural, informação e defesa dos direitos de todos/as os/as imigrantes;
- 11) Apuração urgente de denúncias de retirada e tráfico de órgãos de imigrantes falecidos/as em hospitais públicos de São Paulo;
- 12) Segurança e dignidade nos bairros de maior concentração de imigrantes;
- 13) Combater todo tipo de criminalização dos/as imigrantes por parte das instituições públicas e privadas;
- 14) *Aprovação da nova Lei de Migrações com princípios de direitos humanos;*
- 15) *Emenda à Constituição pelo direito do/a imigrante votar e ser votado/a nas eleições brasileiras;*
- 16) Adotar uma legislação nacional para a proteção dos/as apátridas e regulamentar condição de apatridia;
- 17) Publicação de uma Portaria que obrigue a Polícia Federal aceitar o documento guarda tutelar (sem necessidade de tradução para os países membros do MERCOSUL e associados), obtido por um/a dos/as genitores/as para a regularização de crianças e adolescentes imigrantes acompanhadas somente do pai ou mãe ou ambos;
- 18) Validação de títulos de forma rápida, menos burocrática e gastos mínimos;
- 19) Permissão de trabalho aos/às estudantes e bolsistas;
- 20) Emissão do RNE (primeira e segunda via) com taxas no mesmo patamar do documento de identidade nacional (RG) e redução do prazo para sua entrega, com o fim da emissão de documentos provisórios;
- 21) Aceitação de abertura de firmas, empresas, MEI, CNPJ e outros documentos usando o protocolo/Sincro e documento temporário perante as autoridades competentes;
- 22) Possibilitar que de São Paulo possa se dar baixa nas multas aplicadas nas fronteiras;

- 23) Transferir para São Paulo a empresa responsável por fabricar o RNE;
- 24) Fiscalização do cumprimento das leis de promoção do trabalho decente;
- 25) Questionamento da terceirização e má qualidade do atendimento na Polícia Federal;
- 26) *Criação de órgão civil federal para atendimento dos/as imigrantes e não mais a Polícia Federal;*
- 27) Percurso formativo para todas as esferas do governo e sociedade civil, com enfoque nos direitos humanos para servidores/as públicos/as e profissionais terceirizados/as que lidam com imigrantes;
- 28) *Construção de espaços públicos de acolhimento;*
- 29) Oferta de serviços públicos já existentes para atender também aos/às imigrantes;
- 30) Implementação de uma Política Nacional de Comunicação, que oriente o discurso midiático em relação à população imigrante;
- 31) Criação de um Fórum de Debate e Acompanhamento da Política Brasileira sobre as Migrações;
- 32) *Implementação de uma Reforma Institucional e criação de órgão em âmbito federal, com status de Ministério, especializado na questão migratória e ligado à Presidência da República (assim como a Secretaria de Direitos Humanos);*
- 33) Apoio à inserção laboral a partir da criação de incentivos educacionais;
- 34) *Desburocratização da regularização migratória e gratuidade de taxas;*
- 35) Sensibilização da sociedade para a questão migratória;
- 36) *Ratificar a Convenção da ONU sobre Direitos Humanos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias;*
- 37) Garantia de acesso à justiça por meio de assistência jurídica aos/às migrantes;

38) Participação ativa da sociedade civil na construção das políticas voltadas aos/as migrantes e nos processos decisórios;

39) *Formulação de uma Política Migratória pautada na proteção dos direitos humanos;*

40) Criação de políticas que estimulem o lazer, a prática de esportes e de atividades culturais aos grupos de imigrantes na cidade;

41) Garantia de acesso ao sistema de pensões e previdência social;

42) Informação e acompanhamento do Ministério Público das contratações de imigrantes, a fim de prevenir contratações em regimes de superexploração;

43) Eliminação de entraves para a criação de ONGs e Associações;

44) Incentivo à Cooperação Internacional a nível regional, com o objetivo de facilitar os trâmites de regularização e de extensão dos direitos humanos, priorizando os esforços no sentido de ampliar os acordos para facilitação da obtenção (e isenção) de vistos, bem como a expansão dos acordos de previdência e para reconhecimento recíproco dos documentos de identificação;

45) Criar centro de referência em estudos migratórios nos níveis municipal, estadual e federal, com o intuito de fomentar as mais variadas pesquisas sobre a temática, além de acumular dados que possam contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas específicas para esta população;

46) Urgente implantação de mudanças estruturais na Política Migratória Brasileira, a qual tem trabalhado com base em ações emergenciais;

47) Implantação de serviços públicos itinerantes em regiões de baixa presença institucional;

48) Construção de política pública de atendimento a imigrantes dentro da rede de assistência social do município;

49) Promover a discussão e orientar sobre o trabalho escravo. Divulgar direitos laborais de imigrantes nas redes sociais, nas redes de vagas de emprego e em rádios comunitárias;

50) Criação de Portal do Imigrante, o qual reúna informações necessárias sobre serviços públicos, regularização, legislações etc;

51) Criar mecanismo permanente de concessão de proteção humanitária para pessoas em situação de vulnerabilidade que não se enquadram no conceito de refugiado;

52) Facilitar a obtenção de visto de trabalho para refugiados/as e solicitantes de refúgio de forma que o refúgio se torne de fato uma proteção ao indivíduo e não algo para contrabalancear a diplomacia.

Distribuídas em demandas imediatas e setoriais e metas estratégicas, as reivindicações da pauta migratória em São Paulo e no Brasil são abrangentes e, em suma, exigem receptividade do Estado, cumprimento governamental dos compromissos, e mudanças no governo e Estado que satisfaçam suas demandas imediatas e estratégicas.

Cada uma das reivindicações têm sido reiteradas por meio das diversas estratégias dos movimentos e qualquer avanço nessas pautas corresponde, indubitavelmente, a uma resposta do Estado às pressões sociais. Principalmente porque, em decorrência de sua fragilidade atual, reage rapidamente a pressões midiáticas e oposicionistas, tentando sempre “apagar o fogo” com suas medidas emergenciais e pouco contundentes e duradouras. Desgastes entre os governos estaduais, municipais e o federal, desalinhamento de estratégia e discursos, e, principalmente, a adoção de medidas paliativas fazem parte do cenário reativo do Estado brasileiro às demandas dos/das imigrantes. E principalmente, vale ressaltar, a pauta migratória não corresponde a uma prioridade de governo ⁶⁰.

Além disso, é fato que cada um dos distintos movimentos concentra-se em algumas pautas específicas, que os tocam diretamente, como é o caso dos grupos culturais e folclóricos, que defendem como mais afincado a criação e espaços de

⁶⁰ Incluso há correntes que afirmam não existir, atualmente, uma política migratória no Brasil.

disseminação cultural que as associações de empreendedores/as, que, por sua vez, estão mais preocupadas com a facilitação de abertura de empresas: unidade e coerência ainda são desafios a estes movimentos. Sem uma linha argumentativa estratégica, sem dúvida há um enfraquecimento das demandas mais urgentes e mais abrangentes, no sentido de que beneficiarão um número muito maior de imigrantes, como é o caso da concessão de direitos políticos aos/às imigrantes, por exemplo.

Por fim, apesar das inconsistências apresentadas acima, que têm ligação direta com a própria dispersão dos/as imigrantes na cidade, com as dificuldades materiais que possuem para organizar-se, reunindo-se aos finais de semana somente, com dificuldades de comunicação e adesão, algo é certo: não há ausência de vontade política por parte dos/as militantes. Ainda que nos espaços reivindicatórios se veja sempre as mesas “caras”, estas (nem tão poucas) pessoas têm despendido muito tempo, energia, trabalho e esforços por mudanças; elas têm reagido à imposição da organização política do espaço. Assim, reitero que cada um dos avanços recentes em matéria migratória no Brasil é resultado dos esforços dessas pessoas, que emergem da marginalidade e precariedade com uma força e potencialidade capazes de promoverem mudanças significativas: é na trama urbana, plural e complexa, onde resistências emergem em busca de direitos, de direito à cidade, de direito à inclusão e reivindicam “nenhum direito a menos aos/às imigrantes”⁶¹.

5.2

Principais avanços

Como sabido, transitamos em um campo de tensão entre avanços e limitações que, quando não impedem, atravancam avanços ainda mais significativos em matéria de atenção à população migrante no Brasil.

Por um lado, desde o primeiro governo Lula, diversas ações foram implementadas no sentido de definir uma política migratória em benefício da crescente população migrante. Dentre elas: a assinatura do Acordo de Residência do MERCOSUL, Bolívia e Chile; a realização de três anistias – em 1988, 1998 e

⁶¹ Grito de ordem utilizado pelos movimentos sociais de imigrantes em São Paulo.

2009 – sendo que, nesta última, 45.000 imigrantes foram regularizados/as, dentre eles cerca de 17.000 eram bolivianos/as e 4.000 paraguaios/as.

Por outro lado, encontramos importantes desafios a serem superados pelos Estados, uma vez que as demandas migratórias no Brasil possuem um caráter extremamente estrutural. Neste rol, inclui-se a revisão e substituição do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980) que dispõe sobre a situação jurídica do/a estrangeiro/a no Brasil desde a ditadura militar e carrega, portanto, alto grau de securitização e criminalização das migrações. Além da reforma das instituições responsáveis pela atual política migratória no Brasil e a planejamento, execução e monitoramento de uma nova Política Migratória que deve ser plena, sustentável, participativa, duradoura, eficaz e transparente.

A transversalidade do diálogo e da articulação de ações entre governo federal, estadual, municipal, sociedade civil; o basilar diálogo interministerial e entre os três poderes; a construção de um mecanismo regional de cooperação em migrações; a internalização na norma jurídica internacional, por meio de assinatura de tratados; a descentralização da Política Migratória nos órgãos federais; a criação de coordenações municipais ou estaduais que lidem com as especificidades de cada realidade; o estabelecimento de relações mais horizontais entre o poder público e a sociedade civil, de modo que seja garantida a participação das comunidades afetadas, são alguns desafios estruturais que, para responder às demandas atuais dos fluxos migratórios “intra” e “inter-regionais” no Brasil, os Estado brasileiro deverá, primeiramente, extrapolar.

Tendo como referência para a execução de suas políticas o discurso de implementação de uma política migratória orientada para os direitos humanos, órgãos públicos responsáveis pela temática têm reagido com atenção a algumas das reivindicações dos movimentos sociais de imigrantes bolivianos/as e de outras nacionalidades⁶².

⁶² Em segundo Diálogo de Alto Nível das Organizações das Nações Unidas (ONU), em 03 de outubro de 2013, o discurso do Secretário Nacional de Justiça:

Pasamos hoy por un período de reflexión en torno de las respuestas del Estado brasileño frente a la migración. Para generar condiciones de desarrollo, la política de migración debe manejar un concepto de desarrollo que tenga una perspectiva planteada en tres retos específicos y actuales. El primer reto comprende la actualización de las leyes nacionales de inmigración, la internalización de los tratados y acuerdos internacionales, bien como la armonización de los reglamentos administrativos, todo, para establecer una cultura jurídica y política de no discriminación, protección efectiva de los derechos y prevención de sus violaciones. [...] El segundo desafío está relacionado con el establecimiento de medios de coordinación entre las instituciones migratorias y entre niveles de Gobierno en un país con dimensiones continentales: federal, regional y local. Este reto debe ser leído como parte de un compromiso para abordar los grupos de migrantes

Tal postura, somada a ação, pressão e acompanhamento da sociedade civil, resultou na produção de importantes avanços nos últimos anos:

Em São Paulo criou-se a Coordenação de Políticas para Imigrantes, subordinada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. A criação da coordenação foi uma promessa de campanha do atual prefeito. Seu objetivo é articular as políticas públicas migratórias no Município de forma transversal, intersetorial e intersecretarial, uma proposta pioneira na cidade e no país⁶³.

Neste ano, a prefeitura de São Paulo instituiu, também, a cadeira de Conselheiro Extraordinário do Conselho Participativo Municipal⁶⁴ para que as/os imigrantes sejam incluídas/os neste espaço considerando a sua presença significativa na cidade de São Paulo. Puderam votar e ser votadas/os as/os imigrantes residentes de distritos que compõem as seguintes 21 Subprefeituras: Aricanduva/Vila Formosa, Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Casa Verde, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó/Brasilândia, Ipiranga, Jabaquara, Jaçanã/Tremembé, Lapa, Mooca, Penha, Pinheiros, Pirituba/Jaraguá, Santana/Tucuruvi, Santo Amaro, Sé, Vila Maria/Vila Guilherme, Vila Mariana e Vila Prudente.

No que se refere ao incentivo à pesquisa, foi assinado em 2013, Acordo entre DEEST/SNJ/MJ e a Organização Internacional para as Migrações – OIM, no

indocumentados de modo inclusivo y no inculminatorio y crear medidas de atención específicas para los niños, las mujeres y con respecto a la diversidad sexual y la identidad de género. [...] El tercero es el reto de establecer un compromiso de escucha, de participación y supervisión social de los procesos de formulación y actualización de las políticas y programas para grupos y poblaciones migrantes que viven en Brasil.[...] Por último, es urgente mejorar y ofrecer iniciativas regionales cuyo diseño permita la participación directa de organizaciones que representan a grupos sociales de los migrantes. A nuestro juicio los derechos humanos de los migrantes y sus condiciones de plena integración social son fundamentales para la promoción de las políticas nacionales, de las estrategias de cooperación regional y para la adhesión a nuevos procesos y mecanismos internacionales. Los derechos humanos de los migrantes son una condición de posibilidad para el desarrollo global (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, online, 2014).

⁶³ Seus principais valores e princípios são: o reconhecimento da importância dos novos fluxos migratórios para a cidade de São Paulo e dos/das imigrantes como sujeitos/as de direitos; a promoção e a garantia de seus direitos fundamentais; a promoção da integração social e cultural mediante o intercâmbio de saberes entre as diferentes comunidades no espaço público; a não-criminalização daqueles/as que migram e o respeito ao direito de mobilidade. Segundo website da coordenação, a CPMig trabalhará em estreita relação com os movimentos sociais, com universidades e com as várias esferas do poder público, de forma a construir uma cidade que aponte para a plena cidadania universal (PREFEITURA DE SÃO PAULO, online).

⁶⁴ O Conselho Participativo Municipal é um organismo autônomo da sociedade civil. Sua criação visa ampliar a participação popular e transparência nas Subprefeituras. O papel dos/as conselheiros/as é exercer o controle social no planejamento, fiscalizar as ações e gastos públicos nas regiões e sugerir ações e políticas públicas (PREFEITURA DE SÃO PAULO, online).

âmbito do PRODOC/PNUD, que tem executado as atividades relacionadas à promoção do diálogo social com diversos setores da sociedade e governo⁶⁵.

Em junho de 2014, foi instituído o Observatório das Migrações Internacionais (ObMigra) a partir de termo de cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB)⁶⁶.

Além disso, no dia 13 de agosto de 2014, foi lançado o Portal Cosmópolis, por meio de convênio de extensão universitária, firmado em dezembro de 2013, pela Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMIg) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC) e o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP). Entre seus objetivos encontra-se: o levantamento das pesquisas existentes sobre as migrações internacionais na cidade de São Paulo, a fim de reuni-las em uma base comum e torná-las facilmente acessíveis⁶⁷.

O desafio destes centros de pesquisa é conseguirem expressar os interesses dos/as imigrantes, a eles/as concederem espaço participativo nas pesquisas, sem deixar que interesses institucionais ou pessoas de pesquisadores/as se sobreponham às necessidades de produção de conhecimento da população imigrante.

Outra ação a ser destacada diz respeito à realização da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, em 29 de novembro a 1º de dezembro de 2013, por iniciativa da Coordenação de Políticas para Imigrante de São Paulo. Foi organizada juntamente a outras 13 Secretarias Municipais e 14 entidades da Sociedade Civil. Seus objetivos giraram em torno do registro de prioridades da

⁶⁵ Informações fornecidas pelo Ministério da Justiça.

⁶⁶ O ObMigra tem como meta ampliar o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil, mediante estudos teóricos e empíricos, e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas dirigidas às migrações internacionais. Para realizar essa tarefa propõe-se analisar os três cenários que afetam o Brasil na atualidade: a imigração internacional; a emigração brasileira para outros países e os projetos migratórios de retorno dos/as emigrantes brasileiros/as (MTE, online).

⁶⁷ O portal Cosmópolis é o embrião de um atlas eletrônico que pretende compilar os estudos contemporâneos sobre as migrações internacionais, especialmente em São Paulo, buscando contribuir para a elaboração de uma política migratória no plano local, além de outras políticas públicas. Ele conta com o apoio da FES-Brasil, do coletivo Educar para o Mundo, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP e do Centro Universitário Maria Antônia. A médio prazo, o projeto Cosmópolis almeja reunir pesquisadores de todas as áreas do conhecimento e instituições que se dedicam à temática das migrações no município de São Paulo, a fim de construir uma visão do conjunto da produção acadêmica e estatística, hoje bastante fragmentada, e facilitar o acesso à informação dos/as próprios/as pesquisadores/as e dos/as atores/atrizas políticos/as e sociais, especialmente aos/as migrantes (COSMÓPOLIS, online).

política pública municipal e das prioridades dos/as imigrantes e a eleição de delegados/as para a etapa nacional⁶⁸.

Em maiores proporções, o Ministério da Justiça promoveu a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), de 30 de maio a 1º de junho de 2014 e em seu âmbito, foram realizadas 202 conferências regionais, as quais envolveram a participação de 5 mil pessoas, resultando em mais de 2 mil propostas que serviriam como subsídios aos processos de transversalização da temática migratória nas políticas públicas brasileiras. Tais conferências tinham como pré-requisito a indicação de delegados/as responsáveis por levar propostas para a construção da Política Migratória Brasileira. Também foi criada a Plataforma COMIGRAR, como ferramenta de participação e Acesso a informação sobre Migrações e Refúgio, como instrumento de transparência e controle social da política migratória⁶⁹.

Não há precedentes no Brasil, no campo de migrações, de uma conferência de amplo caráter de participação pública, ainda que a abertura ao diálogo, em geral, ainda não tem representado a adoção de medidas concretas por parte do governo. Enquanto que em nível internacional diversos debates, conferências e fóruns são organizados anualmente, o Brasil, apenas este ano, cumpriu esta primeira etapa para o suprimento do déficit em relação ao diálogo com a sociedade civil.

No balanço, segundo os relatos extraídos das entrevistas com militantes dos movimentos, o evento foi positivo, porém insatisfatório em muitos aspectos. Muitos/as salientaram a abundância de temas e propostas a serem tratadas e o pouco tempo disponibilizado para uma discussão mais aprofundada de cada uma delas. Além disso, devido à simultaneidade dos grupos de trabalho e discussões, aqueles/as que tinham interesse em participar de mais de uma nuvem temática tiveram de abdicar de muitas outras mesas temáticas.

Em dado momento, por casualidade, um grupo de haitianos e congoleses se dirigiram a mim e, ao serem questionados sobre suas impressões acerca do

⁶⁸ As organizações da sociedade civil que estiveram envolvidas em sua organização são: o Fórum Social pelos Direitos Humanos e Integração dos Imigrantes no Brasil (FSDHIIBr) e a REDE Interinstitucional em Prol do Imigrante. Os quatro eixos temáticos que estruturaram os debates e propostas da Conferência foram: I- promoção e garantia de acesso a direitos sociais e serviços públicos; II - promoção do trabalho decente; III - inclusão social e reconhecimento cultural; e IV – legislação federal e política nacional para as migrações e refúgio.

⁶⁹ Informações fornecidas pelo Ministério da Justiça.

evento expuseram: *“está grande, muita gente, muitas coisas para ver e falar, muita coisa acontecendo ao mesmo tempo. Tinha que acontecer durante uma semana inteira para conseguirmos ver e falar sobre tudo, não dá, tudo é muito importante”*.

Ademais, questionaram sobre a ausência de representantes do governo durante as discussões dos grupos de trabalho: *“não tinha ninguém do governo lá, só os facilitadores, mas eles não são governo, queremos conversar é com as pessoas que decidem, é deles que queremos respostas”*. A postura de distanciamento do governo têm sido incômoda aos/às imigrantes. Toda política, principalmente de participação da sociedade civil, deve ter uma continuidade. Essa ausência do governo não pode caracterizar um sentimento de “missão cumprida”, essa é uma das preocupações primordiais dos movimentos sociais de imigrantes, com o depois, com a concretização de ações, com a saída do papel.

Na atual conjuntura das migrações em nosso país, certamente, a reforma legislativa é o pleito central e basilar. Além de uma série de outras demandas encontrarem-se embutidas em seus dispositivos, a promulgação da nova lei e, conseqüente, substituição do Estatuto do Estrangeiro, representa uma oportunidade de o Estado acertar a dívida histórica com os/as estrangeiros/as no Brasil e, em certa medida, com a própria democracia brasileira. Segundo o Estado brasileiro, este busca rearticular e refundar a política migratória brasileira, orientada pela preocupação com os direitos humanos das/os migrantes, apresentando um Anteprojeto de Lei sobre Migrações ao Projeto existente hoje no Congresso Nacional, considerado insuficiente na matéria. Foi convocada, pelo Ministro da Justiça, uma Comissão de Especialistas, formada por acadêmicas/os brasileiras/os que estudam a questão migratória no país, as/os quais apresentaram suas considerações sobre como o campo teórico pode contribuir para a reorientação das políticas migratórias brasileiras e ficaram responsáveis por construir o texto da Lei. Durante a COMIGRAR, a Lei de Migrações foi um dos eixos discutidos pelos grupos de trabalho e após este (e outros diversos) debate(s), o projeto da referida lei foi apresentado pela Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, no dia 29 de agosto de 2014, em Brasília⁷⁰.

⁷⁰ Informações fornecidas pelo Ministério da Justiça.

Ainda no campo legislativo foi criada a nova Lei de Apatridia. No dia 13 de agosto de 2014, o Ministério da Justiça apresentou projeto de Lei que cria o processo de determinação da condição de apátrida no Brasil. O texto é resultado de um trabalho conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e deverá ser enviado em breve ao Congresso Nacional. O Brasil reconhecerá como apátrida qualquer pessoa que “não seja considerado como nacional ou cidadão por nenhum Estado”, como também quem não puder comprovar sua nacionalidade “por circunstâncias alheias à sua vontade” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, online, 2014a). O acolhimento de apátridas havia sido, até agora, uma brecha histórica no regimento nacional. Em um ordenamento político e social em que os/as cidadãos/cidadãs estão à frente dos indivíduos e seres humanos – conforme colocado por Devetak (2005) – não “pertencer” a nenhuma unidade política é, praticamente, afirmar que essa pessoa não existe e quem não existe não pode ter direitos garantidos: em muitos casos, nem ao menos os direitos humanos.

Dentre outras iniciativas em curso, em 2013, o Ministério da Justiça cria, em seu âmbito de atuação, a primeira estrutura permanente especializada no acompanhamento, orientação, consulta e supervisão social das políticas públicas, ações e programas sobre migrações e refúgio, o Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil (CASC), instituído por meio da Portaria nº 455, de 19 de dezembro de 2013. Nosso entrevistado, R. P., é um dos membros do CASC que irá acompanhar as atividades do DEEST⁷¹. Esta é mais uma iniciativa que pretende suprir a demanda por participação da sociedade civil⁷².

No que se refere à promoção de mecanismos que resultem em uma melhor ocupação e aproveitamento da cidade e, por consequência, em uma maior aproximação à garantia do Direito à Cidade⁷³, a prefeitura de São Paulo sancionou, em 31 de julho de 2014, o novo Plano Diretor Estratégico do

⁷¹ Informações fornecidas pelo Ministério da Justiça.

⁷² No entanto, destacamos que a maioria dos/as membros/as do CASC não são imigrantes, e sim membros/as de entidades, principalmente àquelas ligadas à igreja que encontram-se, na avaliação dos movimentos, sobre representada neste e em outros muitos espaços de diálogo com o governo. Em sua avaliação, o CASC é um importante avanço, mas não pode, mais uma vez, representar apenas uma medida de “amansamento” da sociedade, ou como mencionado por um de nossos/as entrevistados/as, um “cala boca” aos movimentos de imigrantes.

⁷³ Vale lembrar que, em junho de 2013, no cerne das manifestações de rua, estavam justamente reivindicações de natureza urbanística e em prol da garantia do direito à cidade, materializados no direito ao transporte público gratuito, engendrados inicialmente pelo Movimento Passe Livre de São Paulo. Como resultado das manifestações, o ajuste do valor das passagens de metrô não foram realizados. Seu valor está mantido até os dias de hoje.

Município⁷⁴, por meio da Lei nº 16.050/2014, a qual traz uma série de diretrizes para orientar o desenvolvimento e o crescimento da cidade pelos próximos 16 anos (PREFEITURA DE SÃO PAULO, online, 2014a). Além de contar com a participação de técnicos/as do setor público, o desenho do plano incluiu a opinião da sociedade civil através de um processo colaborativo que contou com mais de 25 mil contribuições pela internet (VERMELHO, 2014). O conjunto de mecanismos previstos, segundo o atual prefeito, mudará o paradigma da cidade: “nós queremos romper os muros visíveis e invisíveis que separam essa cidade”⁷⁵.

Dentre os mecanismos previstos pelo PDE, há um que julgamos importante destacar e que toca, diretamente, a um dos problemas que requerem medidas urgentes para a alteração das condições precárias em que vivem e trabalham na cidade:

Foram criados incentivos para que empreendedores construam prédios mais altos perto de eixos de mobilidade e no entorno de estações. A ideia é incentivar que mais gente trabalhe, more e estude nesses locais e dependa menos de automóveis para se deslocar, enquanto os miolos de bairros terão limitações de altura de prédios para manter padrões paisagísticos e suporte de infraestrutura em suas ruas (VERMELHO, 2014).

A expectativa é a de que, em alguns anos, a configuração da cidade mude significativamente e que a ocupação socioterritorial na mesma, favoreça a população de baixa renda. Sua evolução será acompanhada e reivindicada pelos movimentos sociais de imigrantes em São Paulo.

No âmbito internacional, foi firmado o Acordo para Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e Índia no segundo semestre de 2013. Foram promulgados e encontram-se vigentes muitos outros tratados, merecendo destaque os seguintes: Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a

⁷⁴ O Plano Diretor seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999: 238).

⁷⁵ “O principal objetivo do novo PDE é humanizar e reequilibrar São Paulo, aproximando moradia e emprego e enfrentando as desigualdades socioterritoriais. Para atingir esses objetivos é necessário combater a terra ociosa, que não cumpre a função social; implantar a política habitacional para quem precisa; valorizar o meio ambiente; orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público; qualificar a vida urbana na escala de bairro; promover o desenvolvimento econômico na cidade; preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais; e fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade” (PREFEITURA, online).

Regimes Especiais, entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá e Tratado sobre Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.

Em referência ao caso Brayan e à reiterada demanda dos/as imigrantes por medidas que lhes assegurem maior segurança na cidade, a prefeitura de SP realizou acordo de cooperação com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para a bancarização de imigrantes. A abertura de contas bancárias por estrangeiros/as é um ato de inclusão social, além de reduzir a vulnerabilidade à assaltos, uma vez que guardam seu dinheiro em suas casas. Foi dispensada a apresentação do RNE e flexibilizada a apresentação de comprovantes de residência⁷⁶, os quais representavam os maiores obstáculos para a abertura de contas.

Ainda em São Paulo, foi inaugurado o Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes, a ser completamente gerenciado pelo serviço público, em agosto de 2014. A iniciativa (da Coordenação de Políticas para Migrantes) é inspirada nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Portugal e irá acolher e dar suporte em trânsito ou residentes na cidade. Mantido por recursos transferidos via convênio com o Ministério da Justiça, contará com assistência social, jurídica e psicológica especializada, além de curso de português, 200 atendimentos mensais, profissionais especializados em quatro idiomas (espanhol, inglês, francês e árabe), 110 vagas noturnas e 80 diurnas, com perspectivas de expansão. Esta ação é um marco para o atendimento aos/às imigrantes, uma vez que o Estado estará dando os primeiros passos, ainda que tardios, para o preenchimento desta lacuna histórica, o que representará, a curto prazo, um redirecionamento das demandas das/os imigrantes (que tem sido, conforme explicitado, acolhidas/os pelas pastorais) a quem, de fato é/deve ser competente. A seguir, veremos uma análise geral dos avanços apresentados.

⁷⁶ Solicita-se apenas o protocolo de pedido do RNE, uma cópia do Sistema Nacional de Cadastramento de Registros de Estrangeiros (SINCARE) e o CPF, que pode ser emitido rapidamente pela Receita Federal.

5.3

Perspectivas para um futuro próximo

O momento corrente da Política Migratória Brasileira tem se mostrado peculiar e decisivo. As atuais condutas do Estado vêm definindo a sua postura em relação ao/à estrangeiro/a em território nacional. Os indícios convergem para uma política centrada nos direitos humanos dos/as imigrantes, mas ainda prevalecem políticas excludentes, como é o caso da vigente legislação que prioriza a segurança nacional, da ausência de uma política pública voltada a esta população, da limitada participação da sociedade civil em instâncias decisórias.

Conforme pudemos averiguar, os movimentos sociais de imigrantes aspiram por mais: mais acesso a serviços e direitos, mais acolhimento, mais políticas públicas, mais inclusão, mais participação, mais igualdade de tratamento, mais respeito às diferenças. Os últimos avanços, de fato, aceleraram o ainda longo processo de consolidação de uma política migratória pautada nos direitos humanos: mas ainda caminhamos a passos lentos.

Com o intento de trazer a visão dos movimentos sociais, este trabalho também se compromete em elucidar suas limitações. Isso porque, há níveis de politização no cerne desses MMSS. Em muitos casos, lhes falta formação política, o que resulta em uma propagação muitas vezes equivocada de uma ação vertical do Estado (o qual, segundo os MMSSI, não propôs uma construção do texto da Lei pela sociedade civil). O MMSS alegaram em depoimentos que a comissão de especialistas (convocada para a elaboração de novo projeto de lei) deveria ter representado uma comissão de caráter consultivo: o protagonismo deveria ser, no entendimento dos MMSS, exclusivo da sociedade civil. No entanto, como vimos ao longo deste trabalho, espaços de participação (CASC, COMIGRAR, CNIg, CONARE) foram abertos e, no entanto, as contribuições, muitas vezes, careciam de maturidade e formação política.

Por outro lado, verificou-se que os objetivos dos/as imigrantes vão além da busca por melhores condições de vida e em alguns discursos, identificamos forte interesse em se transcender a configuração moderna de organização das unidades políticas, de proteção de suas fronteiras, de preservação do “dentro”, de bloqueio ao “fora”. Faz parte de sua utopia a livre circulação de pessoas, ao menos, a nível

regional. Isso sugere que o sonho pós-Vestfaliano, menos estadocêntrico, não paira apenas nos pensamentos dos/as teóricos/as críticos/as...

Ao longo deste agitado ano no campo das migrações, algumas das medidas tomadas em âmbito federal e municipal ainda não foram completamente concretizadas: a lei elaborada pela comissão de especialistas, apresentada no dia 29 de agosto ainda passará por um longo processo até a sua promulgação; o primeiro CRAI, inaugurado agosto, ainda passa por fase de consolidação; a PEC 347 ainda não foi aprovada.

Ainda. A verdade é que lidamos com um momento muito delicado, o que faz a utilização da terminologia “ainda”, neste contexto, inadequada para qualquer análise objetiva. Ao menos a nível federal, não há como assegurar a continuidade das políticas em implementação em decorrência do período eleitoral. Mesmo que o cenário, após este período, seja de continuidade do atual governo, não há certeza ou garantia alguma que as políticas iniciadas terão continuidade e se concretizarão. A sensação de incerteza é muito grande⁷⁷.

Os movimentos sociais de imigrantes têm consciência disso, assim como as/os responsáveis nas diversas áreas do governo pela pauta migratória: é preciso correr contra o tempo para que sejam tomadas medidas que conferem estabilidade às políticas iniciadas. Este é o caso da construção da lei de migrações. E por isso que a pressão dos próprios movimentos nos últimos tempos tem sido mais marcante.

[...] politizando atividades sociais e erodindo os limites convencionais da vida política (externo/interno, público/privado, sociedade/natureza), os movimentos sociais estão definindo a ‘nova política progressista’, a qual implica explorar novos caminhos de ação, de conhecimento e de ser no mundo, e novos caminhos para agir de concerto através de solidariedades emergentes (Walker apud McGrew, 1997: 247) (GÓMEZ, 1998).

Lembremos que as organizações de imigrantes ainda têm arcado com o maior ônus, e o governo federal, distante dos acontecimentos ocorridos nos locais,

⁷⁷ Salientamos que atribuímos, em grande medida, aos três últimos governos, parte das iniciativas e avanços em matéria migratória enquanto resposta do Estado às demandas da sociedade civil. Reconhece-se que dirigentes hoje em exercício posicionaram-se claramente no polo oposto ao ocupado por defensores do Estatuto do Migrante e das ações truculentas da polícia militar, por exemplo.

acaba por deixar recair sobre as instâncias municipais ou estaduais (menores) a maior parte do ônus do Estado.

A nível internacional, num futuro próximo, é imprescindível que, para que as políticas em implementação tenham validade, haja respaldo e legitimação de suas diretrizes por meio de instrumentos legais internacionais, como é o caso da urgente ratificação da Convenção pelos Direitos do Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, da ONU e datada em 1990. Até outubro de 2012, somente 46 dos 193 Estados haviam ratificado a Convenção.

De acordo com o que observamos durante a pesquisa, a qual buscou se aproximar e compreender as dinâmicas dos movimentos sociais de imigrantes bolivianos/as, vimos que estes não correspondem a uma ameaça (nem objetivam ser) ao capital ou à atual ordem mundial. Mas foi possível detectar um grande senso e consciência crítica sobre as opressões cotidianas e sua ligação com dinâmicas estruturais, além de presenciar um debate bastante acirrado em torno dos bloqueios de fronteiras e de todo o aparato de controle e proteção dos Estados. Assim, identificamos uma notável tendência de aprofundamento deste debate a nível micro e macroestrutural.